

1

Discursos Sobre o Lugar da Escrita na Linguagem

As questões que vinculam o fenômeno da escrita à filosofia da linguagem são múltiplas: a quais problemas humanos responde a criação da escrita? Quais são as relações entre a fala humana e a escrita? Que possibilidades intelectuais a escrita oferece à Humanidade? (...) Qual é o valor da definição de Aristóteles? (...) ⁴

O grau de independência da escrita em relação à fala é uma questão muito polêmica. Em um extremo está a [tese da] completa dependência da escrita (...) [e] do outro a completa independência reivindicada pelos proponentes da escrita pictográfica e ideográfica. ⁵

O homem debate desde o início de sua história o porquê das diferentes línguas humanas, quais são suas diferenças e semelhanças. E a manifestação visível da linguagem, a escrita, foi e é um objeto de estudo privilegiado e o meio através do qual se pode pensar a metalinguística. Pelo menos desde 1150 que o homem procura infrutiferamente uma língua universal ⁶ e novamente, do lado da escrita muito esforço também já foi despendido na tentativa de se desenvolver um sistema de escrita universal. “Intelectuais do Iluminismo europeu como Francis Bacon e Gottfried Leibnitz foram fascinados pela ideia de uma escrita universal como um instrumento lógico, uma ajuda à memória, e um meio para as comunicações internacionais” (Coulmas, 2003, p.23). Esses pensadores exploraram a linguagem da matemática e especularam sobre a escrita chinesa (sempre ela!), acabando por adotar o caminho da nomenclatura: a premissa básica por trás do projeto de uma língua universal é “o alicerce do pensamento ocidental: o mundo é exaustivamente divisível em partes individuais” (Ibid., p.24). Não é preciso dizer que tais tentativas estavam fadadas ao fracasso na sua procura por uma “escrita universal” acessível a qualquer pessoa, independentemente de sua língua falada materna. Com este fim em mente, também não foram bem sucedidas tentativas posteriores que tiveram propósitos semelhantes, como a “linguagem

⁴ Auroux, 2004, p.51.

⁵ DeFrancis, 1989, p.49.

⁶ Okrent (2010, p.298-314) lista 500 línguas artificiais, entre elas centenas de línguas com o propósito de uma comunicação universal. A primeira tentativa apontada pela autora é a *Lingua Ignota* de Hildegard von Bingen, que apareceu cerca de 1150 dC.

internacional das figuras” de Otto Neurath de 1936 ou a *Blissymbolics* de Charles Bliss de 1949.⁷ Ao procurar desenvolver uma “escrita universal,” esses estudiosos partiram exatamente da premissa de que a escrita (e a própria linguagem) é totalmente secundária, um espelho do “mundo real.” Eles tomaram a cadeia aristotélica em suas últimas consequências.⁸ O que é exatamente o oposto do que se propõem, por exemplo, Jacques Derrida ou Ernest Fenollosa quando se referem, como veremos adiante, de forma totalmente diferente, à escrita autônoma e criadora de mundo. Entretanto, todos estes pensadores, nas suas mais variadas filiações se debruçaram e continuam a pensar sobre as perguntas que Sylvain Auroux nos coloca, na epígrafe deste capítulo. Essas perguntas comparecerão com frequência ao longo de todo este trabalho, em especial direcionadas ao entendimento da escrita chinesa.

Em primeiro lugar, o presente capítulo apresenta o que podemos chamar de “visões com vertente representacionista.” Sob esta visão é apresentado o que autores afiliados a tal vertente em geral entendem por “escrita” e quais seriam, segundo eles, as características que deveríamos encontrar na escrita e a relação entre escrita e fala. Esta introdução geral será fértil quando passarmos para a apresentação mais detalhada sobre a escrita chinesa.

Segue-se então a apresentação das alternativas às visões representacionistas, que muito antes de formarem um grupo coeso de pensadores e pensamentos, significam antes de tudo vislumbres alternativos, como logo veremos. Cada autor irá dar ênfase e explorar vias de estudo que pretendem valorizar a posição e importância da escrita dentro da linguagem.

⁷ Sobre Neurath, veja-se Coulmas, 2003, p.24-6, sobre Bliss, veja-se Rogers, 2005, p.263-7.

⁸ Suas tentativas podem ser espelhadas no que o inglês John Wilkins (1641-72) propôs quando tentou criar uma “língua universal.” Veja-se Harris et al, 1997, p.110-125.

1.1. Visões Representacionistas

Escrita não é linguagem, mas meramente um meio de gravar a linguagem por meio de marcas visíveis.⁹

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro.¹⁰

O status da escrita dentro das ciências da linguagem sofreu enormes mudanças ao longo do tempo e até hoje não ele não congrega uma posição consensual. Seu estudo está profundamente entrelaçado com questões teóricas importantes sobre a linguagem. Até mesmo sobre a abrangência do significante “escrita” é difícil encontrar um consenso. Uma visão a mais englobante possível tentaria definir escrita como qualquer atualização física (gráfica) de um sistema semiótico. Neste trabalho, quando examinarmos a escrita do seu ponto de vista sistêmico (“sistemas de escrita”), estaremos usando o termo *escrita* exclusivamente para denominar *sistemas de transposição para um meio físico bidimensional de uma língua natural usada ou ainda em uso pela humanidade*. Concordaremos com Sylvain Aurox quando ele sustenta que a escrita é a mais importante e eficiente forma de transposição de um meio audio-oral em benefício de outro meio (no caso, o meio gráfico bidimensional), libertando a comunicação humana da presença obrigatória do emissor da palavra ao passo que consegue manter a identidade da linguagem.¹¹

A relação de “benefício” e apoio da escrita para uma língua natural falada já indica como é complexa a procura de uma definição de escrita que não faça qualquer referência à língua falada. Veremos nesta seção a recorrência frequente deste viés: é o caso, por exemplo, da definição de um estudo muito citado, o livro “A Escrita” de David Diringer. Logo na primeira frase da introdução de seu livro o autor oferece sua definição de escrita diretamente subordinada à fala: “Literal e rigorosamente definida, a escrita é a contrapartida gráfica do discurso, a ‘fixação’

⁹ Leonard Bloomfield (1933) *Language*, p.21, citado em DeFrancis, 1996, p.48.

¹⁰ Saussure, [1916]2006, p.34.

¹¹ Adaptado de Aurox, 2004, p.47-8.

da linguagem falada numa forma permanente ou semipermanente (...)” (Diringer, [1962]1985, p.15).

Como a visão representacionista da escrita pressupõe uma relação hierárquica da escrita em relação à fala, um termo usado para esta vertente dos estudos da escrita é *foneticismo*, que doravante será aqui empregado com esta acepção.

Comparecerão aqui discursos fortemente reducionistas, como este de Diringer, que não são aqui mais detidamente analisados, mas principalmente apresentados. Mais adiante neste trabalho encontraremos outras vertentes que possibilitarão repensar criticamente os conceitos apresentados nesta seção.

Entretanto, é preciso tomar uma atenção especial quando os textos se defrontam com perguntas do tipo “o que é escrita?”, já que a tentativa de sua resposta implica em uma redução e uma explicação metalinguística: estamos usando a escrita para falar dela mesma, para descrevê-la em seus próprios termos, para explicá-la nas suas “motivações,” etc. De uma forma bem geral, vamos por ora nos satisfazer com a afirmação mais ponderada de que “todos os sistemas de escrita têm interpretações fonéticas e semânticas, [e que] tais sistemas diferem [apenas] na importância relativa que dão a uma ou outra forma de escrita” (Coulmas, 2003, p.33), o que em geral é aceito consensualmente pelos textos “técnico-científicos” sobre a escrita. Por outro lado, apoiar a afirmação de que não seria possível a escrita autônoma da fala implica uma importante consequência para a visão da escrita: “a escrita real é um compromisso [entre som e significado], é histórica e é pragmática” (Ibid., p.33). Portanto vejamos nesta seção a visão da escrita como um instrumento de representação da fala.

1.2. Os Discursos Foneticistas

Podemos simplificar a visão “tradicional” ocidental de base aristotélica como aquela em que pensa a escrita como tendo um papel coadjuvante à fala. O processo é, como já se viu, simplificadamente: afecções da alma → palavra falada

→ palavra escrita. A escrita seria um mero acessório representacional da palavra falada, subordinada à fala, assim como a palavra falada seria uma representação das “afecções da alma.” Nesta visão grega a vinculação entre o som e a letra era o que unia fala/escrita. A voz

significa o “estado da alma” que, por sua vez, reflete ou reflexiona as coisas por semelhança natural (...). E a primeira convenção (...) produzir-se-ia como linguagem falada. A linguagem escrita fixaria as convenções, que ligariam entre si outras convenções.¹²

A escrita não traria qualquer inovação cognitiva, muito pelo contrário, muitos pensadores tomavam-na como uma fonte de problemas, como algo “pouco confiável” no seu papel de representação da fala.¹³

Além disso, a proeminência das artes retóricas na Grécia antiga e o uso do discurso falado evidenciavam sua importância primeira em relação à escrita. A escrita em geral não foi foco de uma análise mais aprofundada nos tempos gregos e quase sempre quando era analisada, assim o era como meio para o estudo do objetivo último, que era sempre a fala.

Esta visão de escrita está imersa na tradição representacionista da linguagem como um todo: a linguagem como um objeto, unificado, concreto e real, explicável em sua natureza, em sua essência última, que é o de ser um instrumento de representação das afecções da alma. Nada mais natural nesse contexto do que ter a escrita como um “subinstrumento,” vinculado à linguagem de uma forma sistemática e ordenável, utilizado para aumentar o seu poder representativo através das suas qualidades de durabilidade, transmissão à distância, armazenamento, clareza, etc. A escrita mereceria ser então estudada apenas como um meio para se analisar e decompor a fala.

Este estado das coisas muito bem se adequou ao cientificismo tão procurado por Saussure no seu *Cours*: a palavra falada “por si só constitui tal objeto [linguístico]” (Saussure, [1916]2006, p.34) e a escrita, situada fora do sistema interno da linguagem, serve apenas como uma das vias pelas quais o linguista tem acesso ao seu objeto de estudo. Tão íntima é a relação entre fala e escrita, diz

¹² Derrida, [1967]2004, p.13, ao comentar a posição tradicional.

¹³ Locke, por exemplo, considerava a fala (e naturalmente o seu instrumento de representação, a escrita) como imperfeita na transmissão dos pensamentos humanos (veja-se Harris et al, 1997, capítulo 10). Saussure ([1916]2006, capítulo VI) chama a atenção para o desacordo sincrônico entre a escrita e a fala, com deploráveis consequências para a escrita, que se torna um instrumento imperfeito de representação da fala.

Saussure, que muitos linguistas chegaram a confundir os dois sistemas e acreditar “que a língua fosse inseparável de seu alfabeto.” (Ibid., p.35) O autor do *Cours*, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade do estudo da escrita, faz um esforço para retirá-la do patamar indevido (em sua opinião) de importância que ela teria tomado, especialmente porque a

imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua (...) [A]s impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras do que as impressões acústicas [e, além disso,] a língua literária aumenta ainda mais a importância imerecida da escrita.¹⁴

Um texto lançado em 1900 pelo antropólogo Edward Clodd serve como testemunho para os típicos elogios dedicados à escrita, contra os quais se voltou Saussure: “A invenção da escrita sozinha tornou possível a passagem da barbárie à civilização, e garantiu o progresso contínuo da raça humana” (Clodd, 1900, p.13). E mesmo hoje os estudiosos sobre a escrita não poupam elogios aos benefícios provocados com sua adoção:

A escrita (...) tornou-se a suprema ferramenta do conhecimento humano (ciência), agente cultural da sociedade (literatura), meio de expressão democrática e informação popular (a imprensa) e uma forma de arte em si (caligrafia), para mencionar apenas algumas manifestações.¹⁵

Em reação ao pedestal em que a escrita estava sendo considerada, o linguista suíço retoma a antiga crítica platônica sobre a adicional degradação causada pela escrita, criticando-a por suas inconstâncias e irregularidades ortográficas. Para o suíço, portanto, “a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce” (Saussure [1916]2006: 40).

Linguistas e pensadores da linguagem que sucederam Saussure mantiveram a escrita em seu lugar secundário e em seu papel acessório. Vejamos por exemplo o que escreveu André Martinet:

Embora, na prática, lhe seja anexo, o estudo da escrita constitui disciplina distinta da linguística, e por isso o linguista abstrai, em princípio, da grafia: só a leva em conta na medida em que ela influencia a forma dos signos vocais – o que afinal poucas vezes acontece.¹⁶

¹⁴ Saussure, [1916]2006, p.35.

¹⁵ Fischer, 2009, p.10.

¹⁶ Martinet, 1960, p.5.

Edward Sapir foi outro estudioso da linguagem que privilegiou a fala em detrimento da escrita, como já deixa claro desde a escolha do título do seu livro: “*Language: an introduction to the study of speech*.” Sapir não poderia ser mais explícito nesta posição quando escreveu:

O mais importante de todos os simbolismos visuais da fala é, obviamente, aquele da escrita ou da palavra impressa (...). A característica significante para nosso reconhecimento destes novos tipos de simbolismos (...) é que cada elemento (letra ou palavra escrita) de um sistema corresponda a um elemento específico (som ou grupo sonoro ou palavra falada) do sistema *primário*. A linguagem escrita está assim em uma equivalência pontual (...) com sua contraparte falada. As formas escritas são símbolos secundários daquelas faladas – símbolos de símbolos.¹⁷

Bloomfield, e os linguistas americanos por ele influenciados, em geral mantiveram a posição de desfavorecimento da escrita, como mostram passagens muito citadas do linguista:

A escrita não é particularmente linguagem, mas meramente uma forma de gravar a linguagem (p.40); o uso da escrita (...) acaba por se mostrar, quando analisado, um mero derivativo da linguagem (p.282).¹⁸

Para o linguista, a escrita é, exceto por algumas questões ligadas a detalhes, meramente um aparato externo (*external device*), como no uso de um fonógrafo, que aparece para preservar para nossa observação algumas características da fala de tempos passados.¹⁹

Hall (1950, 1964) também seguiu linhas semelhantes:

A escrita é essencialmente uma forma de representar a fala, quase sempre de uma maneira imperfeita e pouco acurada (...). A escrita é derivada da fala. (1950, p.31/32) Na verdade (...) a ortografia de uma palavra nunca é mais do que o reflexo (e na ortografia inglesa um reflexo muito imperfeito) do modo como ela é pronunciada (...) (1964, p.8/9)²⁰

E podemos fechar este grupo com Postal (1966):

[Há um] enorme corpo da literatura que se preocupa em mostrar como e de que forma a linguagem é primária e a escrita secundária, isto é, em mostrar que a escrita é uma forma tosca de representação da estrutura linguística, ao invés de um sistema de signos com uma relação direta com o mundo.²¹

Podemos observar, no entanto que mesmo Bloomfield não tinha uma posição claramente definida em relação à escrita, por exemplo, quando em texto

¹⁷ Sapir, [1921]1963, p.19-20 (p.26 na versão original). Minha ênfase.

¹⁸ Bloomfield, 1933[1955] *in* Householder, 1971, p.248.

¹⁹ Bloomfield, 1933[1955], p.282.

²⁰ Hall, 1950 e 1964 *in* Householder, 1971, p.249.

²¹ Postal, 1966 *in* Householder, 1971, p.249.

de 1939 escreve (ao citar certos procedimentos matemáticos) que “o resultado é um sistema de escrita que não consegue encontrar paralelo na fala” (Bloomfield 1939 *in* Edgerton, 1941, p.148). O que parece se vislumbrar aqui são pequenas rachaduras no dique do representacionismo, situações especiais em que se reconhece alguma contribuição da escrita para o conhecimento e dentro da linguagem como um todo. Segundo Edgerton: “Bloomfield parece ensinar que a escrita é um instrumento para gravar a linguagem ao mesmo tempo em que pode funcionar de forma independente da linguagem” (Edgerton, 1941, p.149).

Ainda que ao longo do século XX se reconhecesse e mesmo se reforçasse a importância dos meios escritos e das análises textuais, a visão de que a escrita basicamente deveria ser considerada apenas como um poderoso suporte representativo à fala foi se consolidando nos meios acadêmicos ao mesmo tempo em que a nascente ciência da linguística voltava seus olhos para a fala.²²

Mesmo textos de linguística bem mais contemporâneos compartilham uma visão secundarizante da escrita. Um texto introdutório importante escrito por John Lyons há cerca de 30 anos, e usado até hoje em cursos de linguística, pontifica: “Um dos princípios fundamentais da linguística moderna é de que a língua falada é *mais básica* do que a língua escrita.” (Lyons, 1987, p.8, minha ênfase)

Alguns estudos pioneiros específicos sobre a escrita no início da segunda metade do século XX também consideraram a escrita como francamente dependente da fala. Gelb no seu famoso livro *A Study of Writing* de 1952 lançou a hipótese (hoje já largamente abandonada) de um desenvolvimento *natural* de todos os sistemas de escrita a partir de uma escrita cuja conexão com a fala era muito “frouxa,” (e assim mais *pictográfica*) na direção da escrita *fonográfica*, cuja função principal é a expressão da fala:

Posteriormente a aplicação sistemática da chamada “fonetização” permitiu ao homem expressar suas ideias em uma forma que corresponderia às exatas categorias da fala. A partir deste momento a escrita gradualmente perdeu sua característica de meio independente de expressão de ideias e tornou-se um instrumento da fala.²³

²² Sampson (1985, p.11) escreve que a Escola de Praga teria sido a única vertente dentre as principais da linguística que tomou a análise da escrita de maneira consistente e científica, citando exemplificadamente o livro *Written Language: General Problems and Problems of English*, de Vachek, publicado em 1973. Através de uma perspectiva funcionalista incipiente, seus pensadores desenvolveram a ideia de que escrita e fala serviam a propósitos e funções diferentes e que assim um não poderia ser inteiramente dependente do outro.

²³ Gelb, [1952]1969, p.12.

Para Gelb o estágio ideal da escrita, que nenhum sistema teria conseguido atingir, é aquele de “equivalência ponto a ponto, em que uma unidade da fala é expressa por um signo [da escrita], e um signo [da escrita] expressa somente uma unidade da fala” (Gelb, 1952, p.15). Tal estágio não foi atingido nem mesmo pelo alfabeto, “a mais desenvolvida forma de escrita” (Ibid., p.15).

Diringer (1962) é tão explícito quanto Gelb ao apoiar a visão foneticista da escrita: “(...) a escrita pressupõe a existência da linguagem falada” (Diringer, [1962]1985, p.16).

Fechamos esta apresentação com dois discursos contemporâneos plenamente alinhados com a perspectiva foneticista. Um de Rogers (2005):

Escrita não é linguagem. Linguagem é um sistema complexo que reside em nosso cérebro e que nos permite produzir e interpretar elocuições. Escrita envolve tornar uma elocução visível (...) [E]mbora escrita não seja linguagem, a escrita representa a linguagem e, em nossa definição, apenas a linguagem.²⁴

Ou então, nas palavras de Fischer (2009):

Todos os sistemas de escrita parecem descender de protótipos ou sistemas precedentes, cuja ideia de representar graficamente a fala humana (...) [bem como os] sinais gráficos usados nesse processo foram emprestados e adaptados ou convertidos para se adaptarem à língua [falada] e necessidades sociais de outro povo.²⁵

1.2.1.

Características da Escrita sob a Lente Representacionista

Já vimos como os estudos sobre os sistemas de escrita pesquisados neste trabalho quase sempre nos trazem de volta à questão da relevância do aspecto fonético na escrita. Aceitar que todos os sistemas de escrita carreguem algum lado fonético está longe de implicar a tomada de partido de uma visão simplista da escrita como uma “fala decaída” (ou, um termo em inglês usado habitualmente, escrita enquanto *visible speech*). Todavia a visão foneticista enfraquece sobremaneira aqueles que apoiam a tese da autonomia da escrita, não apenas

²⁴ Rogers, 2005, p.2.

²⁵ Fischer, 2009, p.10.

funcionalmente, mas como forma de práxis, onde se habilita o não comparecimento da fala.

O fato de que a linguagem passou a ser vista como um sistema estanque e “estudável” em si mesmo, associado à existência das sociedades ágrafas, provocou inevitavelmente que se considerasse o papel apenas acessório da escrita dentro do sistema linguístico e da linguagem. A relativa novidade da escrita em relação à linguagem como um todo implicaria na impotência da primeira como fator modificador da segunda. Finalmente, como a escrita é uma “invenção,” uma ferramenta que deve ser conscientemente adquirida, ela não teria poder para afetar o que é uma capacidade humana, parte da própria natureza do Homem: a linguagem.

Se todas as línguas naturais são sistemas da mesma natureza, o fato de que uma das línguas naturais seja passível de ser escrita indica que todas elas são potencialmente “escrevíveis.” Após a fala surgiria acessória e opcionalmente à escrita. John Lyons destaca que a despeito da óbvia prioridade histórica da fala, esta é menos relevante do que outros tipos de prioridade que ele elenca:²⁶

1) Prioridade estrutural

O autor argumenta que, a parte suas diferenças estilísticas, presume-se que uma sentença falada possa sempre ser convertida em uma sentença escrita e vice-versa, com uma correspondência biunívoca entre elas e, portanto qualquer sentença escrita será sempre isomórfica a uma sentença correspondente falada. Porém, segundo Lyons, haveria uma diferença importante: as capacidades combinatórias dos sons são limitadas apenas pelo meio acústico (fonético) e pelas restrições de cada língua específica (fonológicas). Já a combinação entre letras (unidades de escrita) é imprevisível com base apenas da sua forma. Em escritas de base fonética²⁷ as combinações das unidades de escrita são previsíveis *em função das limitações da fala*, uma vez que são as limitações fonéticas e fonológicas que mapeadas com algum grau de certeza sobre a escrita irão ocasionar as limitações de combinação na escrita. Lyons usa o chinês clássico e o egípcio antigo como exceções à prioridade estrutural da fala nestas línguas.

Se tomarmos a análise de Lyons como coerente, qualquer sistema de escrita de base fonética seria secundário estruturalmente em relação à fala. Se o chinês clássico ou o egípcio antigo (ou o maia, ou o sumério...) são realmente exceções, veremos mais adiante como os discursos específicos sobre a escrita chinesa lidam com essa questão.

2) Prioridade funcional

²⁶ Veja-se Lyons, 1987, p.9-11.

²⁷ Lyons não fala de *escrita fonética*, mas de “línguas que se valem de um sistema alfabético de escrita.” Como há sistemas de escrita de base fonética não alfabéticas que sofrem as restrições que ele comenta (por exemplo, o *kana* japonês), o termo *fonético* parece mais preciso.

Segundo Lyons, “a língua falada é utilizada em uma gama mais ampla de situações, servindo à escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação oral-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente.” As vantagens funcionais da escrita (credibilidade, permanência, uso autônomo por parte do emissor²⁸) teriam caído por terra com invenções como o telefone e o gravador de voz.

3) Prioridade biológica

É para Lyons a questão mais controversa, baseada em “indicações” de uma propensão biológica para, além de adquirir a linguagem, “produzir e reconhecer os sons da fala.” Os argumentos expostos pelo autor, no seu próprio julgamento, são não conclusivos e certamente fogem ao escopo deste trabalho.

Podemos observar que considerar um lado fonético prioritário e necessário em todos os sistemas de escrita acarrete implicações teóricas importantes. A principal, talvez, é que não existiria uma escrita totalmente divorciada da maneira como ela é lida em voz alta, ou, em outras palavras, a cada escrita se articula uma língua falada específica. Centremo-nos, portanto no que se escreve sobre o jogo operado por som e significado no uso da escrita.

Uma forma de explorar esta questão é o estudo aprofundado daqueles sistemas de escrita que oferecem mais claramente seu lado pictórico/semântico, ou seja, que parecem habilitar a escrita como meio linguístico não mediado pela fala. O chinês é frequentemente citado como um exemplo privilegiado, foco do estudo daqueles que procuram qualificar as características de um sistema “completo” de escrita do ponto de vista técnico-científico.

Em geral registros arqueológicos de “formas gráficas” mais antigas mostram “desenhos” que procuram reproduzir “coisas” encontradas no mundo. Em paralelo, pesquisas mais recentes²⁹ identificaram sinais e indícios de origem não pictorial da escrita, já considerando algum grau de abstração. Tais registros, chamados pelos pesquisadores de *protoescrita*, foram abundantes em toda pré-história humana, mas a verdade é que muito poucos realmente evoluíram para a forma de um sistema “plenamente desenvolvido” de escrita. Há mais ou menos um consenso que entre estas protoescritas estão: pinturas rupestres, pictogramas e a “carta de amor” dos Yukaghir,³⁰ pictogramas ameríndios,³¹ sistemas de nós

²⁸ Que neste caso é obviamente o escritor.

²⁹ Veja-se Coulmas, 1996, p.376, e, em particular, Schmandt-Besserat, 1997.

³⁰ Veja-se DeFrancis, 1989, p.24-34.

³¹ Veja-se DeFrancis, 1989, p.35-41, Coulmas, 2003, p.22-23.

Quipu dos incas,³² e outros. Seu estudo sistemático identificou símbolos diferentes por volta de algumas dezenas em cada caso, uma ordem de grandeza que empalidece frente a um vocabulário de talvez 10 mil ou mais palavras usadas nas línguas ameríndias e em outras sociedades neolíticas.³³

A via foneticista, como aqui está sendo chamada, postula que há um passo fundamental para tornar estes sistemas rudimentares uma escrita “plenamente funcional.” Tal passo é dado através do desenvolvimento de “uma relação *sistemática* entre o inventário de símbolos (significantes) e as unidades linguísticas (...)” (Coulmas, 1996, p.377, minha ênfase).³⁴ Somente desta forma, argumenta-se, seria possível o uso prático de símbolos que pudessem corresponder a algo próximo da capacidade expressiva de suas línguas. Ou, nas palavras de David Diringer: “devemos estabelecer uma distinção clara entre escrita ‘embrionária’ e escrita ‘propriamente dita’, se quisermos tornar praticável o assunto que nos propomos debater” (Diringer, [1962]1985, p.17).

A forma de se atingir tal capacidade e distinção seria através do jogo dual entre som e significado no âmbito da escrita. As maneiras atestadas que viabilizaram o aumento sistemático do vocabulário de signos escritos foram: 1) utilização do mesmo significante gráfico mantendo-se seu valor fonético como parte (ou totalidade) de outro signo (*princípio de rébus*) ou 2) utilização do mesmo significante gráfico através de um *processo metafórico* para a criação de um novo signo.³⁵ O uso do rébus, segundo os teóricos que abraçam a visão foneticista, seria aquele que

marcou o nascimento da verdadeira escrita (...) através da qual o símbolo pictográfico foi usado não motivado pelo seu significado original, mas especificamente para representar o som evocado pelo nome do símbolo.³⁶

³² Veja-se Coulmas, 2003, p.20.

³³ Como a identificação sobre o que consiste ou não um sistema de escrita está no cerne das questões sobre a identidade e funcionalidade da própria escrita, não é tão fácil relegar outros sistemas comunicativos em meio físico à posição de uma “não escrita.” Na discussão a seguir serão trazidos alguns temas que balizarão esta discussão.

³⁴ Note que tal relação sistemática está na base da característica de autoindexicalidade referida mais adiante.

³⁵ “(...) os signos mais antigos todos tinham referências concretas, ao passo que significados não referenciais ou abstratos foram adicionados através de extensão metafórica” (Coulmas, 2003, p.46). Foneticistas em geral usam o termo “determinante semântico” e a utilização pelo seu “valor de significado” (DeFrancis, 1989, p.84).

³⁶ DeFrancis, 1989, p.50.

Portanto estaria outorgado a um princípio fonético o processo que capacitou a escrita para que ela atingisse seu estágio plenamente funcional.

No estudo dos sistemas de escrita que já foram ou estão em uso, autores que fazem uso da análise tradicional representativa da escrita, em geral concordam com a presença de duas características fundamentais presentes nos sistemas de escrita reconhecidos como “plenamente desenvolvidos,”³⁷ a autoindexicalidade e a convencionalidade.

Autoindexicalidade

Estudos sobre a escrita mostram que não há um sistema de escrita que seja totalmente intuitivo, ou seja, imediatamente compreendido sem o auxílio de algum tipo de instrução.³⁸ Todavia reconhece-se mais ou menos tacitamente que nos sistemas de escrita há indicações para sua própria codificação, o que não ocorre no caso de sistemas mnemônicos simples. Se por um lado esses sistemas também precisam ser ensinados, por outro, apenas com base na explicação sobre seu uso básico não é possível avançar na sua compreensão ou extrapolar o conhecimento para novos arranjos muito além do que teria sido explicado.

Esta particularidade dos sistemas gráficos de escrita, escreve Coulmas (2003), é dada por sua *autoindexicalidade*, e é ela que permite, através da sua decifração, a recuperação de escritas antigas cuja interpretação foi perdida no tempo. É um conjunto complexo de características onde se interrelacionam a frequência do uso de caracteres, a comparação gráfica entre os caracteres, o arranjo dos caracteres na sequência linear da escrita, etc. O código da escrita embute em si próprio informações sobre ele mesmo (daí o termo autoindexical).

Entretanto, igual a tudo mais que escrevemos aqui sobre a escrita, também a autoindexicalidade precisa ser depurada e revista. Como escreveu Florian Coulmas: “tomar a autoindexicalidade como o critério principal para distinguir a escrita de outros sistemas gráficos é uma decisão teórica” (Coulmas, 2003, p.22). Há uma discussão extensa e não conclusiva a respeito de sistemas gráficos de suporte mnemônico cuja função se aproxima de um sistema de escrita “totalmente desenvolvido,” e que se baseiam praticamente apenas num apoio pictográfico. Defensores deste partido argumentam que a escrita poderia até ser um sistema de

³⁷ A fonte primária de informação para esta discussão é Coulmas, 2003, p.21-36.

³⁸ Veja item (8) na Tabela 1, na seção I.1.3.

representação não da fala ou mesmo da linguagem, mas diretamente do pensamento, ou seja, posicionando-se no final de uma cadeia aristotélica “compacta”: mundo → afecções da alma → escrita. Algumas teorias foram propostas no âmbito de uma corrente pós-colonialista e carregam um forte programa ideológico de valorização das culturas não europeias.³⁹

É interessante examinar do ponto de vista da autoindexicalidade um sistema como o do chinês clássico, onde teríamos basicamente um caractere não analisável por unidade semântica. Se o chinês fosse simplesmente um sistema em que todas as relações entre caracteres e significados estivessem convencionalizadas sem qualquer padrão, sistematicidade ou iconicidade, ele não seria um sistema que permitiria a autoindexicalidade e portanto não parece que se acomodaria às limitações de memória do ser humano e nem se desenvolveria como um sistema viável de escrita. Veremos mais adiante na discussão sobre o chinês por que ele claramente pode ser chamado de um sistema pleno de escrita.

Convencionalidade

A despeito de algumas discussões teóricas que chamam a atenção para os aspectos pictóricos da escrita, a maior parte dos estudos sobre a escrita indica que não parece ser possível um sistema que seja *totalmente funcional apenas pictoricamente*. Em algum momento necessariamente seriam usados processos metafóricos (ou de “empréstimo do sentido”) do lado do significado, e de rébus do lado do som, para que o sistema em questão torne-se viável enquanto um sistema de escrita. E é a escolha entre um e/ou outro processo que tem um caráter convencional. A convenção é um passo que vai além do hábito: hábitos são práticas reconhecidas e aceitas por membros de um certo grupo e transmitidas entre as gerações. Já a convenção toma a forma de um código que assume uma “vida” independente.

As línguas do mundo, nesta visão, se diferenciariam na maneira como equilibram as influências de som e significado e em como permitem que tais influências se insiram nas unidades codificadas pela escrita nos seus diversos níveis representacionais, em especial o fonêmico, o silábico e o da palavra. É desta sutil interação entre som, significado e unidades linguísticas que na maior parte das vezes surgem as diversas tipologias dos sistemas de escrita. Quando na

³⁹ Coulmas, 2003, p.23.

seção II.2 discutirmos as propostas feitas para diferentes tipologias dos sistemas de escrita, voltaremos a visitar essas questões.

Para os teóricos que abraçam alguma forma de foneticismo é portanto imprescindível o envolvimento do som e da fonética em um sistema de escrita. E paralelamente, se seguirmos o procedimento já sugerido por Jakobson de considerar o polo emissor e o receptor quando pensarmos em linguagem,⁴⁰ a leitura também naturalmente exigirá uma decodificação que de alguma forma passa pelo som: “ler um texto supõe um percurso: quando se toma uma pausa para olhar uma palavra ou um caractere, não se lê mais. Uma frase não pode simultaneamente ser texto e imagem” (Allenton, 2008, p.231).

Defensores do foneticismo desenvolveram teorias e princípios tais como o chamado *Universal Phonological Principle* (UPP) em apoio às suas teses. Segundo este princípio, postulado por Perfetti, Zhang e Berent em 1992,⁴¹ “em qualquer sistema de escrita a pronúncia é ativada durante a leitura logo assim que ela seja possibilitada pelas unidades do sistema de escrita em questão.” Segundo seus defensores, mesmo no caso extremo da língua chinesa, a leitura envolveria uma decodificação de base fonológica no nível da palavra, através de processos cognitivos altamente gerais, ou mesmo universais. Para estes estudiosos,

embora a informação gráfica inicie [o processo de] identificação, a ativação fonológica não caminha muito atrás (...) a diferença entre os sistemas é que num sistema alfabético as unidades gráficas elementares que iniciam [o processo] fonológico são os fonemas, num sistema silábico (...) as sílabas; e em chinês, a unidade elementar [um caractere] é uma sílaba que também é um morfema.

Mesmo que as particularidades da escrita chinesa sejam óbvias aos olhos, a via foneticista, como vimos acima, postula que ela não seria qualitativa e fundamentalmente diferente dos outros sistemas e portanto, apenas mais uma forma de *visible speech*.

⁴⁰ “Qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema (*topic*) da mensagem e o código utilizado” (Jakobson, [1954]2005, p.12).

⁴¹ Este texto e material se refere ao artigo Perfetti *et alia* (2006).

1.2.2.

Questões na Interface Representacionista entre Fala e Escrita

Por mais adeptos do ponto de vista tradicional-foneticista que sejamos, não há como negar que a escrita é em alguns aspectos fundamentalmente diferente da fala. Por outro lado, também é inegável que fala e escrita compartilham certas funções e características e que estão relacionadas íntima e complexamente, de alguma forma atravessando o fosso entre o meio sonoro e o meio gráfico.

O objetivo desta seção é dar destaque a essa relação, como vista por aqueles que primariamente veem a escrita como alguma forma (ou até algum grau) de representação da fala e quais os pontos de dificuldade encontrados pelos que advogam o foneticismo mais radical.

A escrita bem poderia ocupar o lugar da palavra *tempo* na máxima agostiniana: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.”⁴² Normalmente os autores que introduzem o conceito da escrita partem dos pontos nos quais “naturalmente” reconhecemos como atributos da escrita, para que depois se disponham a questionar tais pontos, e neste processo de recorrente autoquestionamento, tomar algumas conclusões.

Algumas diferenças que, depois de destacadas, parecem óbvias e que podemos identificar entre escrita e fala:⁴³

⁴² AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.322. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/33/artigo130300-1.asp>>. Acesso em 10/03/2011.

⁴³ Baseado em Coulmas, 2003, p.11, adicionado pelo autor com outros pares.

Tabela 1- Fala vs escrita: alguns contrastes

<u>Fala</u>	<u>Escrita</u>
1) contínua	discreta
2) unidimensional (tempo)	bidimensional (espaço)
3) limitada ao momento da fala	sem limite temporal
4) contextual	autônoma ⁴⁴
5) evanescente	permanente (e portanto, historiável)
6) audível	visível
7) produto da voz	produto da mão
8) adquirida naturalmente	adquirida via instrução

Uma vez que apontamos tamanhas diferenças estruturais entre escrita e fala e ao mesmo tempo, na visão foneticista, a escrita é a representação da fala, resta saber como se opera tal representação na interface entre estes dois sistemas comunicacionais tão diversos.

O item (1) indica uma das fontes da complexidade da relação entre fala e escrita. A natureza contínua da fala é também um tema polêmico e a própria ciência da fonética e fonologia se baseia nas abstrações representadas pelos fones e fonemas, segmentáveis por definição. Mesmo que assumamos que a fala também possui intervalos discretos, embora menos perceptíveis do que na escrita, a relação entre as duas só pode ocorrer através de algum tipo de abstração e arbitrariedade de mapeamento. Para aqueles que tomam uma visão instrumental e representativa da escrita, o mapeamento se dá sempre na direção da fala para a escrita.

Em cima das diferenças acima, um dos autores que estudaram a escrita propõe postular três princípios analíticos que regulariam esta problemática relação entre escrita e fala:⁴⁵

1. A escrita tem uma realidade gráfica estática ao passo que a fala tem uma realidade fonológica dinâmica.

⁴⁴ Aqui é preciso especialmente tomar um pouco de cuidado. Vertentes do pensamento pós-estruturalista atentam para a quebra da dicotomia autor/leitor, que delegava ao segundo uma posição totalmente passiva, refém da intenção e do significado imposto pelo autor. Assim sendo, a escrita também passa a ser em grande parte contextual, afetada pelo momento da leitura, embora possa se argumentar que isso ocorre em menor grau em comparação com a fala.

⁴⁵ Esta classificação foi baseada em Coulmas, 2003, p.34/35, desenvolvida com apoio da bibliografia consultada.

Os itens (3), (4) e (5) acima estão intimamente interrelacionados e confluem para a afirmação acima. A fala, porque é evanescente, tem sua realidade conectada ao momento em que é pronunciada e é fortemente contextual. O contraste com a escrita é óbvio. As visões mais ferramentalistas sobre a escrita identificam aqui a fonte da sua maior utilidade e potencial.

Somente essas características já nos possibilitariam examinar a escrita (o exame do que *foi* escrito) em sua dimensão linear de organização de unidades que se juntam para formar unidades maiores e assim por diante. Essa análise se satisfaz na observação e estudo do nível gráfico da escrita por si só. Quais são tais unidades? Como elas se organizam e em que tipo de sequências? Como aceitar ou recusar uma ou outra sequências? Este tipo de depuração envolve a observação da interface entre léxico, morfologia e sintaxe, inclui estudos discursivos e textuais e gera o estudo de abstrações como a *palavra*, a *sílaba*, a mínima unidade gráfica (na escrita alfabética, comumente chamada de *letra*), entre outros.

Os diversos sistemas de escrita irão lidar de forma diferente com as unidades da escrita, com a maneira como elas aparecem nos significantes escritos, e como elas se relacionam com o fluxo dinâmico da fala. De qualquer maneira, a vertente foneticista irá sempre defender que a escrita estática de alguma maneira irá representar a fala dinâmica.

2. A escrita mapeia dimensões linguísticas em representação gráfica.

Mesmo que não sejam discutidas questões de autonomia da escrita, os autores foneticistas têm que se deparar com a maneira como se dá o mapeamento das diversas dimensões da linguística (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, análise textual, etc.) em sua dimensão gráfica (item 2 acima). Esse mapeamento segue regras mais ou menos explícitas, possui certa regularidade,⁴⁶ mas frequentemente aparece repleto de exceções aparentemente não motivadas, e é muitas vezes obscuro e complexo. Essa relação suscita uma das perguntas básicas que motiva os estudiosos da escrita: “Em qual nível da estrutura linguística são as unidades do sistema de escrita interpretadas e como essas unidades refletem características estruturais das línguas para as quais eles proveem uma forma escrita” (Coulmas, 2003, p.34)? Os representacionistas irão

⁴⁶ Veja por exemplo, questões sobre a profundidade dos sistemas de escrita, seção II.2.2.

argumentar a favor da abstração de uma escrita que é basicamente unidimensional e que se fixará somente quando se estabilizasse a direção de sua escrita (portanto o reflexo gráfico do fluxo unidimensional temporal da fala).

3. A escrita é historiável e historiada.

O fato de a escrita ter um caráter permanente (item (3) acima), ser inscrita pelas mãos humanas (item (7) acima) em meio físico e visível (item (6) acima) e direcionada a outros seres humanos, a qualquer momento posterior da sua feitura (teoricamente para sempre), a torna historiável e historiada. Sua dimensão histórica é analisável e carrega um material muito rico, suporte para a linguística diacrônica. Nesta evolução temporal, a escrita e as outras dimensões da linguagem interagem de forma complexa. A escrita parece intervir na maneira como as línguas evoluem, em geral servindo como uma âncora conservadora ao resistir à mudança linguística, em contraste com a maior “flexibilidade” da fala, cujo caráter fugidio também se reflete na riqueza e velocidade com que novas formas surgem e desaparecem. O porquê do caráter relativamente conservador da escrita também é uma questão que frequenta os discursos sobre a relação fala e escrita. Há sempre um descompasso que pode ser maior ou menor dependendo do momento histórico e também das línguas em questão. A visão tradicional representacionista costuma não dar grande relevância ao impacto da permanência da escrita sobre a língua falada ou mesmo questionar o porquê desse descompasso temporal entre escrita e fala.

Veremos adiante como os discursos que se abrem a uma possível visão não representacionista lidam com essa interface fala e escrita e questionam os impactos dos princípios analíticos aqui apresentados.

1.3. Visões não Representacionistas

Há linhas de estudo e visões do mundo que se preocupam menos com o “percentual de foneticidade” nas diversas línguas do mundo e se propõem a

questionar diretamente a posição da escrita ao final da cadeia aristotélica ao tomarem outros caminhos epistemológicos. Nada mais natural, ao negar o paradigma representacionista, que a visão da escrita secundária, subserviente e representando a fala, seja colocada em questão. Veremos que há formas e metodologias diferentes de articular esse questionamento.

Há o caminho mais cientificista e arqueológico (questionamentos de autores como Florian Coulmas e Sylvain Auroux); a via de cunho filosófico (que neste trabalho é representado por alguns textos, e seus comentários, do trabalho de Jacques Derrida); a alternativa que se pode chamar (tomando-se o cuidado para evitar as conotações negativas) de “mítico-fantásiosa”, onde se poderiam agrupar estudos como os de Ernest Fenollosa e Vico; e haveria ainda a via “literária” (entre muitos outros, os nomes de Borges, Beckett e Guimarães Rosa poderiam ser invocados), que, apesar de oferecem pensamentos importantes sobre a linguagem e a escrita, não foram objeto de estudo neste trabalho. Neste estudo também proponho que seja considerada uma outra via, que, na falta de um outro termo mais adequado, estou chamando de “via oriental.” Na discussão mais aprofundada sobre a escrita chinesa, haverá espaço para um contato inicial com um pouco do pensamento que norteou e norteia uma “filosofia chinesa.”

Não proponho aqui agrupar e delimitar de forma coerente os pensamentos aqui expostos. Embora compartilhem uma opinião mais prestigiosa sobre a escrita, as linhas de argumentação usadas, até porque se trata de estudiosos em áreas muito diversas do conhecimento e produção intelectual humana, diferem muito entre si. Um deles, Sylvain Auroux, faz inclusive uma crítica mordaz à proposta da arqui-escritura derridiana, que chega a classificar como um paralogismo.

Retomando o que já foi comentado, a herança representacionista/ foneticista implica em atribuir um papel secundário à escrita. Este cenário acarretaria três grandes características aviltantes para a escrita:

- 1) O advento da língua escrita na história tem pouca repercussão cognitiva/ ontológica/de visão de mundo;⁴⁷

⁴⁷ Obviamente não estamos falando do aspecto técnico-ferramental. Não há quem ponha em dúvida os profundos impactos da escrita na civilização humana.

- 2) O tipo de sistema gráfico de cada escrita é ontologicamente indiferente, ocorre apenas que alguns sistemas de escrita são mais ou menos “eficientes” no seu papel de representar a fala do que outros;
- 3) De forma geral, a escrita é secundária em relação à fala, um sistema semiológico baseado sobre o sistema semiológico da fala (a escrita se apresenta como um metassigno da fala). A fala tem portanto prioridade estrutural, funcional e ontológica sobre a escrita.

Essas três afirmações são na verdade diferentes aspectos da situação causada pelo partido teórico de que a escrita basicamente seja um instrumento de representação da fala. Cada afirmação será aqui questionada nas seções que se seguem.

1.3.1.

O Impacto Cognitivo da Escrita: *S. Auroux e D. Olson*

O estoniano era considerado por alemães, dinamarqueses, suecos e russos que governaram aquela terra como uma língua de camponeses e não foi honrado com *uma língua em si própria* até o período de renascimento nacional no final do século XIX. Um *dicionário estoniano-alemão* foi publicado em 1869 e uma *gramática estoniana* escrita em 1875.⁴⁸

A escrita possui suas limitações e possibilidades próprias. Uma linguística do oral certamente não é suficiente para compreender a escrita, e reciprocamente.⁴⁹

A história das línguas foi sempre marcada pelas pressões sócio-culturais dos povos da Terra, e intimamente ligada às noções de cultura e identidade nacional. E a partir do advento histórico da escrita, a consolidação do saber sobre uma língua através de dicionários e gramáticas (como mostra a epígrafe no caso do Estoniano) tornou-se um dos símbolos maiores da sobrevivência de cada língua e cultura associada. Talvez mais do que símbolo, a escrita de uma língua a constitui enquanto tal, dando-lhe sua existência, possibilitando que desenvolvamos uma

⁴⁸ TREI, Alan *et al*, *Baltic Phrasebook*, Lonely Planet Publications. Victoria, 2001. Meu grifo.

⁴⁹ Auroux, 2004, p.57.

reflexão sobre essa língua e sobre a linguagem que só se torna possível através dessa mesma escrita.

Em seu livro *A Revolução Tecnológica da Gramatização* Sylvain Auroux explora esta via através de perguntas abrangentes sobre a escrita: “quando e em que circunstâncias nasceram as disciplinas consagradas à linguagem? Qual o seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano? Quais são seus grandes movimentos” (Auroux, [1992]2009, p.8)? Sem tentar reproduzir todos os passos do autor sobre estes complexos questionamentos, aqui proponho a apresentação da visão de um estudioso que privilegia a escrita não apenas como um artefato tecnológico (o que ela obviamente é), mas também como uma entidade fundadora e criadora da linguagem, da qual ela seria indissociável. Seu advento histórico não é, e nem pode ser considerado, psicológica, ontológica ou funcionalmente inócuo.

Auroux nos propõe duas teses mestras sobre a escrita e seu aparecimento: 1) a escrita proporcionou uma verdadeira revolução tecnológica, que possibilitou as primeiras reflexões sistemáticas sobre a linguagem e o aparecimento da metalinguagem e, 2) a constituição dos dicionários e gramáticas das línguas, processo por ele nomeado “gramatização,” desenhou (e continua a desenhar) um mapa da comunicação e das línguas no mundo, e concedeu ao Ocidente uma posição ímpar de controle e conhecimento sobre as culturas da Terra.

Embora as duas posturas tenham implicações importantes para a escrita e a linguagem, neste trabalho nos interessa primariamente sua primeira tese, uma vez que ela implica que a escrita se coloque em uma posição não subordinada à fala.

Para o autor não há verdadeiro saber gramatical oral. Ele admite nas sociedades ágrafas a existência de um pensamento sobre a linguagem, e usa como exemplo a comunidade dos Dogon e sua complexa visão sobre linguagem e sobre a palavra (Auroux, 1992, p.20). Todavia Auroux argumenta que nesse caso não há um processo de abstração, da retirada do simbólico do real, uma vez que para os Dogon as palavras são coisas, não são suas representações. Dessa forma não haveria a necessidade da escrita reificar a palavra, já que ela já é considerada concreta e o real é inteiramente simbólico. Assim como os Dogon, outras civilizações desprovidas de escrita também não seriam capazes de dar o passo fundamental da metalinguagem, da verdadeira reflexão linguística.

Estão em jogo aqui dois tipos de saberes sobre a linguagem: o saber *epilinguístico* é aquele tipo do qual todo o locutor possuiu sobre sua língua e sobre a natureza da linguagem. Ele não é reflexivo, mas quase que intuitivo e inconsciente (não-representado),⁵⁰ o que parece ser o que ocorre com os Dogon. Por outro lado, o saber *metalinguístico* é constituído e manipulado através de uma metalinguagem.

Assim, aprendemos a falar uma nova língua simplesmente... falando. Mas não parece correto dizer que aprendemos uma escrita simples e automaticamente escrevendo.⁵¹ Há um outro aprendizado em jogo: “contrariamente à competência linguística [da fala], é um sistema já completamente formado que é transmitido. É sem dúvida isso que redobra o papel da escrita no desenvolvimento dos saberes linguísticos” (Auroux [1992]2009, p.28).⁵²

Todavia não seria correto, diz Auroux, considerar que é a escrita a origem do saber linguístico. Não temos aqui uma origem, mas sim um processo ao qual a escrita estaria inexoravelmente inscrita. O autor não está propondo a reversão da hierarquia fala/escrita e a sua é uma história da linguagem que se pretende não-teológica, com a adoção de uma atitude descritiva, não colocada sob uma perspectiva de evolução.⁵³ Auroux não diz que não há a possibilidade do saber nas sociedades ágrafas, mas sim que a escrita é um sistema a partir do qual o processo de abstração se torna possível. É importante todavia destacar que esta abstração não foi, para o autor, o fator que causou o aparecimento da escrita, que não surge vocacionada para o saber metalinguístico, mas sim antes de mais nada para suporte mnemônico oral, para a literatura. A tese central de Auroux sustenta que

⁵⁰ O conceito de saber epilinguístico é bastante complexo e não seria correto simplesmente equacioná-lo a uma simples intuição sobre a sua língua. Auroux argumenta que tal saber, mesmo que não representado fisicamente, possa ser manipulado “sob a forma de relações conscientes com o seu objeto” (Auroux, 1992, p.17). Assim sendo, a relação entre o epilinguístico e o metalinguístico seria melhor compreendida como um *continuum* em que ambos se interpõem e entrelaçam-se.

⁵¹ Nos remetemos à Tabela 1, seção I.1.3, item (8).

⁵² Roy Harris (veja-se mais abaixo), na sua proposição de escrita como um sistema semiológico independente, monta um aparato teórico que acarreta uma escrita portadora de um potencial semelhante ao que imagina Auroux. Por exemplo, na discussão da análise fonética pré- e pós-escrita, escreve Harris: “A capacidade de identificação dos sons nas sociedades ágrafas é tão grande quando nas outras sociedades, o que difere é a capacidade de se abstrair a categoria dos fonemas” (Harris, 2001, p.120).

⁵³ Auroux subscreve em seu trabalho a posição de neutralidade epistemológica: “não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo (...) ciência pode ser uma palavra normativa de nossa linguagem-objeto, mas em nossa metalinguagem será apenas uma palavra descritiva” (Auroux, [1992]2009, p.14).

“a escrita é antes de tudo um saber técnico construído sobre um saber epilinguístico inconsciente” (Auroux, 2004, p.70).

Em virtude da dificuldade da leitura de textos e de palavras antigas ou estrangeiras teria se desenvolvido uma reflexão que passou pela confecção de dicionários e gramáticas, produtos de um pensamento reflexivo sobre a linguagem, e que então abriu espaço para o contato com a alteridade. Assim, escrita e alteridade estariam obrigatoriamente associadas: através das gramáticas fixamos o conhecimento dos desvios do tempo e acabamos por fixar, ainda que de forma sempre provisória, os próprios voláteis significados. Como corolário inescapável, embora Auroux não cite esse aspecto diretamente em seu texto, a própria prática tradutória, enquanto meio máximo de contato com a alteridade, só poderia surgir licenciada pela escrita.⁵⁴

Já se destacou antes neste trabalho a importância que Auroux dá para a padronização da língua ocorrida no âmbito da gramatização. Essa mudança tem impactos diretos sobre a própria *memória* das sociedades. Em sociedades ágrafas esta memória está mais proximamente ligada ao conteúdo (*contenu du message*) do que à forma (*sa forme*, que é o que se resgata quando contamos uma estória, por exemplo). Com a escrita “se instaura, ao contrário, o reino da ‘fidelidade à letra’” (Auroux, 2004, p.55). Não pode haver um sentido literal, que habite a palavra, sem a letra, associada à objetificação dada pela escrita. Ou seja, tudo aponta para o aspecto *concreto* da escrita como crucial: “o processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem (...), ele precisa do aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente *artificiais* (...)” (Auroux, [1992]2009, p.21, meu grifo). Como seria, argumenta o autor, o empreendimento de um estudo sistemático, usando tabelas, listas e hierarquias, em um contexto exclusivamente oral? E como escapar do momento unidimensional, que sempre é fugidio e característico do fluxo da fala, sem a adoção de técnicas de escrita que permitam uma visão simultânea de fenômenos que normalmente assim não se apresentam?

⁵⁴ Da mesma forma em que as fronteiras entre o saber epi e metalinguístico são “borradas,” não se quer dizer aqui que nas sociedades ágrafas não havia *tradução* no seu sentido mais amplo, mas sim que a prática tradutória somente se consolidou e desenvolveu-se num ambiente em que a escrita estivesse presente.

Auroux está especialmente interessado nos momentos de *limiar da escrita*.⁵⁵ Em qualquer cultura (ágrafa ou não) há elementos da “passagem” do epi- para o metalinguístico, de especulações sobre a origem da linguagem. Mas “não encontramos em nenhuma civilização oral um corpo de doutrina elaborado *em relação* às artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou ‘poetas’” (Auroux, [1992]2009, p.19).

A escrita, para o autor francês, primeiro produz textos, e em particular, aqueles literários. Ela não parece imediata e espontaneamente produzir reflexões sobre a natureza da linguagem. “Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita” (Ibid., p.24). O aparecimento e desenvolvimento do saber linguístico surge quando a escrita “*fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver. Essa alteridade pode ter muitas fontes (...) [S]ão, de algum modo, a filologia e a lexicologia que aparecem inicialmente.” (Ibid., p.25)

Em contraste, não foram os momentos de comunicação derivados das necessidades de trocas comerciais que provocaram qualquer “especulação que ultrapasse as generalidades sobre a diversidade linguística” (Ibid., p.27). Pois, segundo Auroux, não foi da necessidade de falar uma língua outra qualquer que nasceu a primeira análise gramatical, mas antes de se compreender um *texto*.

Dicionários e gramáticas, neste contexto, não são apenas manuais descritivos de uma ou outra língua, não são originalmente criados para satisfazer uma necessidade didática,⁵⁶ mas foram *instrumentos linguísticos*, produtos de interesses práticos e sociais, submersos em um contexto ideológico-cultural, instrumentos para regular uma língua literária.

Auroux aponta para algumas condições necessárias e para as causas que agiriam sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos. Ele destaca:

a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o

⁵⁵ Na seção anterior, onde apresentou-se os discursos foneticistas, esse momento de “passagem” para uma escrita “completa” também é objeto de intenso escrutínio, embora seja feito de forma totalmente diversa ao que Auroux está propondo aqui. Esse assunto será retomado mais adiante.

⁵⁶ Somente com a constituição das nações européias as gramáticas passarão a ser usadas como ferramentas para o aprendizado da língua materna.

comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento de conhecimentos conexos, (...) o aparecimento da imprensa [etc.]⁵⁷

Todos se relacionam entre si em maior ou menor grau afetando e incentivando a escrita e os saberes linguísticos.

Ao mesmo tempo em que Aurox delega à escrita um lugar privilegiado na evolução dos fatos linguísticos e a inscreve no núcleo do nosso conhecimento sobre a linguagem, ele acaba por subscrever a tese representacionista da escrita que nasceu com Aristóteles: a escrita “não é toda manifestação gráfica, mas somente aquela que aparece a partir do momento em que a representação gráfica *tem por objetivo a representação da linguagem*. É o que viu Aristóteles na sua célebre definição (...)” (Aurox, 2004, p.73) Se por um lado o autor é explícito ao combater a tese de que a escrita seria simples reprodução da fala e que nada acrescentaria às possibilidades cognitivas do Homem, por outro ele parece abraçar uma versão mais branda do foneticismo, desde que este termo seja utilizado para indicar que a escrita é um tipo de representação da fala, como mostra a epígrafe desta seção. Aurox dá uma importância muito grande ao aspecto bidimensional (gráfico) da escrita, que a torna muito mais do que mera transposição da fala em meio físico. Desta forma, na opinião do autor, é possível falar de escrita como representação, mas não como transposição isomórfica, e portanto ela possuiria capacidade de uma produção cognitiva própria. Acredito então que o autor francês dialogue com as análises “foneticistas” da seção anterior no momento em que entende a escrita em seu aspecto dual fonético e semântico, baseado no seu cuidadoso estudo diacrônico das línguas naturais e de seus sistemas de escrita. Na minha interpretação Aurox parece querer trazer o argumento da sua razão gráfica como substituto da razão pictográfica, que aparecerá, ainda que colocado de forma muito diferente, no estudo de Fenollosa, apresentado a seguir.

Um estudo que oferece muitos pontos de contato com as ideias de Aurox é aquele proposto por David Olson (1994). O livro de Olson se foca basicamente na relação entre aquisição da escrita (*literacy*) e seus efeitos sobre a mente humana. Desta forma, o autor estuda em profundidade a articulação entre escrita e fala e as contribuições que a escrita traz para as áreas da epistemologia e das ciências cognitivas. O partido teórico de Olson é de que a escrita não é transcrição nem

⁵⁷ Aurox, [1992]2009, p.31.

simples representação da fala. O autor argumenta que, como os estudos “tradicionais” quase sempre defenderam essa posição, a análise dos diversos sistemas de escrita sempre acabou por se concentrar nas formas com que a escrita representaria a fala, sendo sobre estas diferentes relações (escrita/palavra, escrita/sílaba, escrita/fonema, etc.) que foram construídas as tipologias da escrita. Sob esse ponto de vista, argumenta Olson, a escrita seria apenas “a tentativa de representar os padrões sonoros da fala” (Olson, 1994, p.67).

O autor afirma que esta teorização incorre em um erro crítico:

[essa forma de pensar a escrita] assume que os inventores da escrita já previamente sabiam sobre a linguagem e sua estrutura – palavras, fonemas e tudo o mais, e que o progresso veio através da descoberta de maneiras de representar tais estruturas sem ambiguidades.⁵⁸

Veremos no capítulo IV sobre o chinês como as análises tradicionais sobre escrita chinesa muitas vezes parecem padecer deste vício. Elas tomam o estado atual da língua (escrita) e assumem-no como se ele fosse um objetivo na direção da evolução daquele sistema, como se “todas tentativas de escrita (...) fossem tentativas toscas de transcrição dos padrões sonoros da fala” (Ibid., p.67). Quando se toma por hipótese inicial que a escrita não teria tido como objetivo primordial a representação da fala, mas a comunicação de informações, a relação com a fala torna-se potencialmente indireta, a escrita alfabética perde seu *status* de modelo a ser seguido e o foneticismo perde sobremaneira sua força.

Olson vai adiante para fazer uma proposta realmente revolucionária sobre a escrita, afirmando que

os sistemas de escrita proveem conceitos e categorias para pensarmos sobre a estrutura da língua falada, e não o inverso. A consciência da estrutura linguística é um produto de um sistema de escrita e não a pré-condição para o seu desenvolvimento.⁵⁹

Um dos estudos de Alice Faber em 1992 sobre a segmentação fonêmica feita pelos falantes e leitores sugere exatamente esta posição:

Eu irei sugerir que a habilidade de segmentação (fonêmica), antes de ser um precursor necessário à inovação trazida pela escrita alfabética, foi uma consequência dessa invenção.⁶⁰

⁵⁸ Olson, 1994, p.67.

⁵⁹ Olson, 1994, p.68.

⁶⁰ Faber, 1992, p.112.

Teremos a ocasião para observar na seção IV.4 (sobre a discussão da metalinguagem na escrita chinesa), como esta proposta pode ser adaptada e testada no caso específico dos textos que discutem diretamente a língua e a escrita chinesas.

1.3.2. Escrita de Base não Fonética: *E. Fenollosa*

(...) dizemos ‘homem vê cavalo’ (...) Mas poderíamos indicar com a mesma facilidade estes três estágios de nosso pensamento através de símbolos igualmente arbitrários, *destituídos de base sonora*; por exemplo, através de três caracteres chineses.⁶¹

A Poesia concorda com a Ciência e não com a Lógica.⁶²

A análise dos discursos sobre os diferentes tipos de sistema de escrita arrasta repercussões extremamente relevantes na discussão do papel ontológico da escrita na linguagem. Existem fortes argumentos para que se considere que um sistema totalmente funcional/operacional de escrita não pode existir sem um apoio fonético importante.⁶³ Se este ponto de vista for totalmente subscrito, em última instância as diferenças entre os sistemas de escrita seriam principalmente cosméticas, relacionadas ao ajuste sempre imperfeito da escrita com as necessidades expressivas de cada língua. Já vimos, no trabalho de Aroux, que as diferenças entre escrita e fala não se restringem ao mapeamento desses dois sistemas não isomórficos, mas não há dúvida que a possibilidade de um sistema de escrita que opere (ou já tenha operado) às margens da fonética tenha um impacto muito relevante sobre a forma como consideramos a própria escrita e seu grau de autonomia em relação à fala.

Há todavia formas diferentes de se abordar essa questão e, em quase todos os textos sobre o assunto, a escrita chinesa está geralmente no centro da discussão.

⁶¹ Fenollosa, [1912]1977, p.122.

⁶² Fenollosa, [1912]1977, p.144.

⁶³ Retomaremos a essa questão com mais cuidado adiante neste trabalho.

Veremos na apresentação dos discursos sobre o pensamento chinês a enorme importância que a civilização chinesa dá ao seu sistema de escrita, considerados antes de tudo o uso de um conjunto de emblemas concretos, quase que possuindo uma vida própria. Tais emblemas têm como função animar, juntos, os aspectos antitéticos da Ordem Universal, evocando a ordenação rítmica que rege a vida no mundo. Marcel Granet (1934) mostra como diversos pensadores chineses se debruçaram sobre esta questão.

Se a discussão sobre aspectos do pensamento chinês é deixada para a seção IV.5, aqui cabe, no entanto, discutir o olhar peculiar que lançou Ernest Fenollosa (1853-1908) sobre a escrita daquela civilização.

Fenollosa foi um entusiasta do orientalismo, morando mais de dez anos no Japão, estudou e lecionou na Universidade Imperial de Tóquio onde se converteu ao budismo. Apesar de não ser um especialista em chinês clássico, seus cadernos de anotações sobre a poesia clássica chinesa foram uma peça fundamental na constituição do aclamado trabalho do poeta americano Ezra Pound publicado em 1915 no livreto intitulado *Cathay*. Fenollosa escreveu também um ensaio não terminado “*The Chinese Written Character as a Medium for Poetry*” que foi publicado postumamente em 1919, e que é a base para a discussão nesta seção. Seu trabalho foi recebido com fartos elogios por alguns estudiosos da teoria literária (“*one of the high points of modern poetics*”, escreveu Andrew Welsh⁶⁴) ao mesmo tempo em que foi execrado pela maioria dos sinólogos (“*a small mass of confusion ... tilting at the unoffending windmills*”, bombardeou George Kennedy⁶⁵).

Em sua defesa, é importante dizer que Fenollosa nunca se arvorou de um conhecimento e julgamento técnico sobre a escrita chinesa. Foi através da poesia que o americano teve um contato mais íntimo com o chinês clássico e sua escrita: “um dos alvos primeiros do ensaio de Fenollosa é a tradução de poesia, entendida como operação re-criadora” (Campos, 1977, p.31). As raízes da poesia se encontram na íntima relação entre significante e significado e a tese do orientalista americano sugere que elas se fixariam melhor no solo fértil da escrita ideográfica. Assim tal método “pictorial” seria a melhor forma de mostrar e criar a poesia. Sua

⁶⁴ *Roots of Lyric*, Princeton: PUP, 1978, citado em Percy (2009).

⁶⁵ Kennedy, 1958, p.2

visão sempre foi carregada de um elemento “afetivo” pela língua chinesa, que poderíamos criticar chamando de ingênuo, mas que por outro lado ofereceu possibilidades antes inauditas a partir do momento em que ousou atacar os dogmas de seu tempo. Fenollosa reconheceu os limites do seu conhecimento técnico ao aventar que mesmo que o chinês idealizado por ele não correspondesse exatamente à realidade, seu objeto de estudo é a linguagem escrita ideal e isso não o impediria de discutir o que ele imaginava como sendo a escrita chinesa.

Como iríamos descrever a escrita chinesa na concepção fenollosiana? Poderíamos procurar resumir em algumas características fundamentais apresentadas em seu estudo, que envolvem não somente a escrita, mas também a língua chinesa. Entre as principais e mais relevantes para o presente trabalho, destaco:

- os signos chineses são muito mais do que símbolos arbitrários, são *motivados graficamente*. “[Os caracteres] têm vida” (Fenollosa, [1912]1977, p.123), a notação chinesa “baseia-se numa pintura vívida e sucinta das operações da natureza” (Ibid., p.122);
- tais significantes têm um efeito cinético-partidural,⁶⁶ evocam mais do que “sons comunicativos”, e sim uma mistura de música e movimento, portanto se adéquam perfeitamente à poesia;
- as palavras chinesas têm sua origem no verbo e “grande número [das] raízes ideográficas carregam consigo uma *ideia verbal de ação*” (Fenollosa, [1912]1977, p.124);
- as categorias gramaticais se confundem na língua chinesa, uma mesma palavra (e caractere) pode ter a função de substantivo, verbo, adjetivo, advérbio, etc.

A análise de Fenollosa chama a atenção para o papel da língua e da escrita chinesa na sua “lógica de correlação” e nos esquemas paradigmático-paralelísticos⁶⁷ que “parece[m] coincidir com a tendência da própria linguagem poética oriental a romper com [os paradigmas abstrato-imaginativo-analógicos] da lógica ocidental” (Campos, 1977, p.70). Tal tendência da língua chinesa está intimamente relacionada à maneira como o pensamento chinês vê o mundo e que é discutida em maior detalhe na seção IV.5. O importante aqui é o vislumbre que a análise de Fenollosa nos dá, independentemente de sua falta de rigorosismo técnico ou de sua imaginação fértil (ou talvez até devido a essa imaginação fértil!).

⁶⁶ Nas palavras de Haroldo de Campos, em Campos, 1977, p.66.

⁶⁷ Veja-se Campos, 1977, p.70.

O que está sendo proposto pelo orientalista não é uma análise crítica do que pode ou não ser explicado pela etimologia e pela linguística chinesa, mas das possibilidades que se abrem quando se vê na escrita a expressão de uma ordem que não se oferece na fala. Ainda mais do que expressão, uma *evocação* que não se consegue com a fala. A escrita chinesa, assim vista, tem um poder ilocucionário e pragmático que vai além da fala.

Assim o texto de Fenollosa abre espaço para instigantes teses sobre a escrita, chamando sempre atenção para os motivos pelos quais o autor toma a escrita chinesa na mais alta conta. Destaco-os a seguir:

- Os caracteres apontam para sua própria diacronia, contam a sua história. As possibilidades ideográficas são abertamente oferecidas no chinês, ao passo que a escrita alfabética favorece mais o fluxo unidimensional do som, evidenciando “a anemia de um discurso moderno” (Fenollosa, [1912]1977, p.140);
- as imagens gráficas dos caracteres não devem ser vistas no sentido de uma representabilidade pictórica fidedigna, mas em um sentido metafórico-poético. E não é importante se suas etimologias estão estritamente corretas ou não, mas das possibilidades que se abrem, do jogo visual, das alusões que se projetam além da fala. A escrita chinesa apontaria para o que não se vê: ela se constrói sobre o substrato de uma base metafórica – a metáfora como substância da natureza e da linguagem, e assim preserva o desconhecido;
- o chinês é mais fiel ao agir como um segundo edifício metafórico construído sobre o edifício metafórico da linguagem. A própria Natureza é metafórica em si mesma, ela “grita” que é uma *metáfora* (“eu tenho uma história!”), não é uma ordem dócil que se oferece passivamente à experiência e que se dá a ver ao pensamento abstrato. É neste sentido que a escrita chinesa seria mais “natural;”⁶⁸
- o ideograma dá a ver a ação (observando as coisas tecerem seus próprios destinos, uma marca que se desdobra diante de nossos olhos, conservação pungente do impulso e processo criador), ao passo que uma fotografia solidificaria e congelaria. Seria uma interpretação ingênua pensar que os caracteres seriam meros portadores de um significado estável e “fixo” “por trás.”⁶⁹ O que está em ação é um jogo de significantes: o significado está nos olhos de quem vê, no seu uso, seu “uso poético;”
- a notação chinesa favorece mais o verbo do que o nome e inverteria o paradigma representacionista, onde até o verbos são *nomes* de ações. No chinês o privilégio dos verbos reflete a ordem natural das próprias coisas, se deixamos de tomá-las como substâncias autocontidas: “um nome verdadeiro, uma coisa isolada, não

⁶⁸ Mesmo a derivação metafórica não é arbitrária ou subjetiva, mas obtida de forma natural. Na passagem a seguir Fenollosa mescla uma visão surpreendentemente moderna de linguagem com o seu naturalismo: “Toda a delicada substância do discurso se constrói sobre um substrato de metáforas. Os termos abstratos, pressionados pela etimologia, relevam suas raízes antigas ainda mergulhadas na ação direta. Mas as metáforas primitivas (...) só se tornam possíveis por acompanharem as linhas objetivas das relações na própria Natureza” (Ibid., p.138).

⁶⁹ O texto de Fenollosa não se propõe a uma coesão e as vezes parece resvalar no lado representacionista. Por exemplo, quando escreve: “[no exemplo da palavra brilho/brilhar] o chinês dispõe de uma palavra, *ming* (明) (...) não há confusão possível quando *ao verdadeiro significado*” (Fenollosa, [1912]1977, p.133, minha ênfase).

existe na Natureza. As coisas são apenas pontos terminais, ou melhor, pontos de encontro de ações” (Fenollosa, [1912]1977, p.124). Fenollosa parece querer sugerir que a língua chinesa e sua escrita estão mais próximas do que ele considera uma “língua natural”: “[n]em um verbo puro, nem um movimento abstrato, seriam possíveis na Natureza. A vista apreende, como uma coisa só, o substantivo e o verbo (...)” (Ibid., p.124);⁷⁰

- a escrita chinesa ilumina a razão pela qual a sentença é uma forma universal: “nenhuma sentença integral completa de fato um pensamento” (Ibid., p.125) e a frase não captura nada e não se completa: é o fulgor de um relâmpago vocacionado a se extinguir. Ver uma frase como simples formadora de uma relação de união entre sujeito e predicado é “recai[r] na pura subjetividade” (Ibid., p.126), retirar a sentença da Natureza, seu verdadeiro lugar onde as sentenças nutrem seu poder evocativo e sua convicção. Assim elimina-se a distância entre a linguagem (a sentença) e o mundo que ela descreve.

Sem dúvida Fenollosa construiu uma visão peculiar e extremamente enobrecedora da escrita chinesa, na medida em que a aproxima do que considera a ordem natural das coisas. Ao mesmo tempo em que é um texto literário e extremamente poético, o trabalho do autor certamente carrega pretensões filosóficas em suas implicações metafísicas: “A forma da sentença foi imposta aos homens primitivos pela própria Natureza (...) ela é reflexo da ordem temporal da causalidade” (Fenollosa, [1912]1977, p.127). É possível interpretar esta visão como aquela que acredita em uma “Ordem Natural de Mundo,” uma ordem “essencialista” e natural, cujos reflexos apareceriam na linguagem, que assim acabaria por tomar um papel subserviente à realidade externa (natural). E o texto é o tempo todo marcado por uma tentativa de ver a língua chinesa (e sua escrita) como mais próxima desta ordem, como por exemplo, quando observa que: “se o chinês ignora a gramática, isso se dá pelo fato de que ‘a Natureza, ela própria, não ter gramática’” (Campos, 1977, p.68).

É relativamente fácil criticar o trabalho de Fenollosa mostrando certas inverdades científicas sobre o que ele afirmou da escrita chinesa. Por exemplo: a) os caracteres que ele examina em seu artigo parecem casos típicos de um “nutrir o espírito com um só exemplo,”⁷¹ e são mais exceções do que regra em chinês, ou então os registros arqueológicos mostram que tais caracteres não foram etimologicamente formados da maneira que supõe o autor; b) a sintaxe chinesa

⁷⁰ Fenollosa consegue dialogar com muita facilidade com o pensamento chinês: o mundo fenollosiano é uma rede de relações, de movimentos e mudanças de estado. Veremos como a visão cosmológica chinesa aponta exatamente para esta direção.

⁷¹ Wittgenstein, [1952]2009, seção 593.

(clássica) está longe de ser uma simples “ordem natural de causa e efeito,” que poderia se supor pela pobreza morfológica da língua; c) existem palavras em chinês que são verbos típicos ou outras que são substantivos típicos; d) seria uma simplificação excessiva chamar a escrita chinesa de “uma simples escrita figurativa” (Fenollosa, [1912]1977, p.137); e assim por diante.

Por estes motivos o ensaio de Fenollosa foi alvo fácil daqueles que viram em seu trabalho alucinações poéticas travestidas de uma análise científica rigorosa (se é que Fenollosa jamais tivesse tal pretensão...). Algumas destas críticas merecem ser discutidas com mais cuidado, o que será feito na discussão específica sobre a língua chinesa. Nesta seção porém o foco não é a escrita chinesa em si, mas as possibilidades gráfico-pictóricas que um sistema de escrita pode oferecer e que parecem viabilizadas e amplamente fortalecidas no esquema da escrita chinesa tomado pela ótica fenollosiana.

O trabalho de Fenollosa é ambicioso, poético, confuso e instigante. Parece prematuro descartar sua visão como ingenuamente calcada em um naturalismo essencialista. Melhor seria se pudéssemos aprender dele um modo diferente de apreciar a escrita.

1.3.3.

A Escrita Ontologicamente Independente da Fala: *J. Derrida*

A exterioridade do significante é a exterioridade da escritura em geral e (...) não há signo linguístico antes da escritura.⁷²

Jacques Derrida⁷³ aplicou seu notório ferramental desconstrutivista também sobre o edifício representacionista, onde a escrita nada mais era do que a torre mais alta, edificada acima da estrutura da fala e construída sobre as fundações do significado.

⁷² Derrida, [1967]2004, p.17.

⁷³ Neste trabalho apenas estão sendo considerados os escritos de Derrida citados na bibliografia. Não pretendo aqui ousar expor um “pensamento derridiano,” mas apenas suas reflexões sobre o assunto tal como apreendidas naquelas páginas.

Desconstrução e as bases do logocentrismo

O partido inicial da visão derridiana sobre fala e escrita é a subversão da ideia de que a primeira seria anterior e superior à segunda. Derrida usa para isso o instrumental que praticamente o metonimizou sob o significante de “*desconstrução*.” Por tratar-se de um significante carregado de alusões e com uma pesada “bagagem teórica,” não é fácil (e provavelmente nem deveria ser recomendável...) dar uma explicação simples para a desconstrução. Ao ponto de que, no seu diálogo com a Filosofia, o próprio Derrida, fiel à sua prática, procurou renegá-la, renunciando à ambição de criar e definir de novos filosofemas e desarmando uma expectativa de definição e do peso dos neologismos que inevitavelmente acabaram se acumulando na cadeia lexical armada em torno do próprio termo.⁷⁴ Derrida propõe, através do seu “método,” abrir o texto para possibilidades de leitura antes interditas. Ele tomou oposições binárias da cultura ocidental⁷⁵ e mostrou como elas são menos rígidas do que se supôs e menos pacíficas também, e como em geral acarretam uma hierarquia, uma violência, aplicada de modo precário.

O autor assim buscou desconstruir a ideia da substância metafísica última como base teórica e suporte sobre o qual se desenvolveu o edifício lógico ocidental, fala e escrita incluídas. Esse pano de fundo metafísico, o “universo das ideias,” é exatamente o que Derrida critica como sendo a *metafísica da presença*: “o privilégio da presença como valor supremo, em prejuízo de qualquer diferimento, repetição ou *diferença* em todos os sentidos do termo” (Nascimento, 2004, p.21). Todos os nomes relacionados a outros nomes sempre implicariam em última instância numa presença, que se manifestaria através de “fundos,” de “realidades últimas” destas presenças metafísicas, elaboradas por nossa especulação filosófico-metafísica. Se afirmarmos que não há “nada por trás”, o edifício aristotélico-racional sofre um severo golpe em sua estrutura.

O logocentrismo, criticado por Derrida, é uma manifestação da metafísica da presença: nós, seres metafísicos, viveríamos apoiados sobre apostas logocêntricas: “o privilégio do discurso falado, o *lógos*, na presença viva de seu pai-autor” (Nascimento, 2004, p.22). O logocentrismo impõe e se nutre do

⁷⁴ “O problema filosófico da *definição* atravessa praticamente todos os textos assinados ‘Derrida’” (Nascimento, 2004, p.8).

⁷⁵ Tal como entre escrita/fala, o que o torna especialmente relevante a este trabalho.

conceito de ciência como determinada única e exclusivamente pela lógica e Derrida irá opor-se a esta condição.

Após a desconstrução

Resta portanto saber o que sobrevive após a desconstrução. Derrida desenha esta prisão logocêntrica, clausura na malha da linguagem, uma “vida em escassez.” Mas se ele imagina destruída essa prisão, como é sua visão de liberdade após sua destruição? Um problema fundamental para Derrida é saber se tal prisão é sólida demais para ser destruída, ou se o sol da liberdade⁷⁶ é forte demais e nos cega ao que lá fora “existe.” Tal oposição entre um fora e um dentro, se interpretada desta forma, nos traria justamente de volta às dicotomias que são tão caras à filosofia ocidental e que estão no centro exatamente daquilo que Derrida parece querer ver ultrapassado e desconstruído.⁷⁷ Consciente disso, o autor se mune de uma hipervigilância crítica:

No interior da clausura, por um movimento oblíquo e sempre perigoso, que corre permanentemente o risco de recair aquém daquilo que ele desconstrói, é preciso cercar os conceitos críticos por um discurso prudente e minucioso (...) ⁷⁸

Sempre que tais fronteiras aparecerem, há o cerceamento da liberdade, a dificuldade de se atingir o que está fora e a consequência lógica da própria noção que há um espaço “fora” e outro “dentro,” e que ambos prestam-se a algum tipo de definição e delimitação.

A linguagem desconstruída

Como poderia a visão representacionista da linguagem especificamente ser desconstruída? E, de especial relevância para o presente trabalho, qual o papel que tem a escrita nesta visão pós-estruturalista de linguagem?

Derrida efetivamente subverte a ordem ontológica da fala e da escrita, pois derruba o logocentrismo representacionista, que solidário com a presença, relega a escrita ao papel de “mediação da mediação.”

O autor vê no âmago do seu trabalho o esforço primordial pelo esfacelamento do *signo* saussuriano, sustentáculo da aposta logocêntrica: “as

⁷⁶ “O brilho do além-clausura” (Derrida, [1967]2004, p.17).

⁷⁷ A série de pares opostos da filosofia ocidental é longa: “vivo/morto, presente/ausente, interior/exterior, essencial/aparente, verdadeiro/falso, legítimo/bastardo, bom/mau, significante fônico/significante escrito” (Nascimento, 2004, p.26), com elementos opostos exteriores uns aos outros.

⁷⁸ Derrida, [1967]2004, p.17.

ideias de ciência e de escritura (...) têm sentido para nós apenas a partir de uma origem e no interior de um mundo a que *já* foi atribuído um certo conceito de signo” (Derrida, [1967]2004, p.6). Para a tradição ocidental logocêntrica a ordem do significado nunca poderia ser contemporânea da ordem do significante, e o “signo deve ser a unidade de uma heterogeneidade” (Ibid., p.12): significante enquanto rastro, significado enquanto presença.

Na verdade, podemos interpretar o pós-estruturalismo como uma radicalização das bases do estruturalismo. Interessa a Derrida a centralidade que Saussure trouxe para a linguagem nos assuntos humanos, a “massa amorfa de som e pensamento” cortada pela língua (não há pensamento sem língua, tudo é amorfo antes dela) na formação do espaço de cristalização de uma cultura. O linguista suíço se posicionou contra uma teoria referencial e nomenclaturista de linguagem.

A partir deste momento vemos Derrida se afastar de Saussure: o autor do *Cours* não teria se desvinculado da ideia de *verdade* como coerência interna, e a trama de relações que postula é fixa, uma presença (uma rede), que existe no cérebro dos falantes e está compartilhada por todos na mesma comunidade linguística. A *langue* é uma *presença* que dá base para o edifício do significado. O signo é a relação fundamental que conecta significante e significado. Sem o último, o primeiro nada mais é do que uma cadeia de impressões sonoras. Em sua leitura de Saussure, o filósofo franco-argelino identificou uma sólida hierarquia entre significante e significado:

[P]ara começar, o significante é uma “imagem sonora” – não realmente sons, mas uma espécie de traço deixado por eles na mente. Para que seja seu equivalente, o “conceito” que foi significado deveria ser imaginado como um traço deixado na mente pelas coisas do mundo real. Mas Saussure explicitamente nega que isso seja assim.⁷⁹ [Para o linguista suíço o] significado não é diretamente conectado às coisas, mas sim é, enquanto um conceito, a *realidade primária* a qual linguagem está relacionada.⁸⁰

Tomar este partido significa tornar inevitável a posição hierarquicamente superior do significado, capaz de uma existência fora da linguagem. Torna-se inescapável o destino da escrita como o último elo desta cadeia hierárquica, em

⁷⁹ Na citação de Saussure (1916[2006], p.111-12) in Joseph et al., 2001, p.191: “Sem linguagem, o pensamento é uma névoa vaga e não cartografada. Não há ideias pré-existentes, e nada é distinto antes do surgimento da linguagem.”

⁸⁰ Joseph et al., 2001, p.190-1.

sua função segunda e instrumental, uma mera técnica à serviço da linguagem, inclusive passível de erros de representação, e “perigosa” enquanto tanto.

Derrida identifica ainda duas outras contradições no pensamento saussuriano. No modelo de linguagem do *Cours*, o *valor* linguístico não é uma questão de presença, mas sim de diferença paradigmática junto a todos os outros elementos do sistema, não presentes e assim, em *ausência*. E no entanto a *langue* é uma *presença*, uma entidade metafísica. E em segundo lugar, ao mesmo tempo em que Saussure não trabalha diretamente com o som, mas com uma “impressão mental,” ele “exclui do signo linguístico a exata coisa, o fônico, que é a base para sua insistência na realidade ‘mais alta’ da língua falada em comparação com a escrita.” (Derrida, [1967]2004, p.193) Esta hierarquização é estendida depois por Saussure ao privilegiar a *langue* sobre a *parole*.

Derrida se rebela contra o desejo da presença e contra esta hierarquia. A cadeia interligada de significantes, para ele, não precisa de um fundo de significado que lhe dê legitimidade: no jogo dos significantes tudo o que há são *rastros de rastros*.⁸¹ Nega-se a codificação das ideias, iniciada na hora em que se apresenta um significado. E a partir do momento em que não há mais um fundo de significado, desfaz-se a distinção mesma que é a base do signo saussuriano, a qual seja, a diferença entre significado e significante: tudo é significante.

Esta nova trama (da linguagem) é solta, mas ao mesmo tempo considera-se que não há uma completa arbitrariedade. Para Derrida o que regula a linguagem são certos protocolos de utilização que são deslizantes, não explicáveis por nenhum tribunal externo à práxis que pudesse regular condições de felicidade e/ou utilidade.

A escrita

Vimos como para Saussure a *langue* é considerada um sistema inscrito no cérebro, ausente do mundo da fala, que permanece na ausência do ouvido. Na leitura de Derrida isso nada mais é do que aquilo que é a própria escrita, a *arquiescritura*. A escrita é o que se oferece sem o som (não ao ouvido), sem registro, a manifestação da linguagem em que o locutor não está presente, um *rastro* de uma voz. É na oposição paradigmática que estaria a base da escrita: só ela oferece a verdadeira possibilidade de um relação que surge na ausência.

⁸¹ Derrida, 2001, p.32.

Portanto é a escrita que faculta o movimento da linguagem:

o significado funciona aí desde sempre como um significante. A secundariedade, que se acreditava poder reservar à escritura, afeta todo significado em geral, afeta-o desde sempre, isso é, desde o início do jogo. Não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas do significante, que constitui a linguagem. O advento da escritura é o advento do jogo (...) ⁸²

Para alçar a escrita a este papel protagonista e argumentar que a “escrita precede a fala,” o autor usa o significante *escrita* tomado como “toda forma de manifestação de linguagem que não está imediatamente presente nos ouvidos, mas ‘inscrita’ de alguma forma, inclusive na mente” (Joseph et al., 2001, p.195). Como a *langue* saussuriana é um sistema em que os signos linguísticos habitam um espaço visual na realidade mental, e ela precede a fala, a fala portanto já é a escrita. O autor muitas vezes usa o termo “arquiescritura” quando se refere à escrita sob este ponto de vista. E sua “gramatologia” ⁸³ é exatamente o estudo da arquiescritura. “Tal arquiescritura (...) não pode e jamais poderá ser reconhecida como *objeto* de uma ciência. Ela é ela mesma que não se deixa reduzir à forma de uma *presença*” (Derrida, 1967, p.82-83 in Auroux, 2004, p.71).

Derrida deprecia a ideia da escrita primordialmente fonética e de sua representante mais ilustre, a escrita alfabética, “que por tanto tempo foi considerada a escritura mais cômoda e ‘mais inteligente’” (Derrida, [1967]2004, p.12). Tal “escritura fonética,” ao qual se refere o autor, está limitada no tempo e no espaço e não tem capacidade de funcionar na ausência do falante, já que, por definição, é a escrita da fala, a “mais servil, mais desprezível, mais secundária” (Ibid., p.30). É a escritura não fonética que “quebra o nome (...) descreve relações e não denominações. O nome e a palavra, estas unidades do sopro e do conceito, apagam-se na escritura pura” (Ibid., p.32). ⁸⁴ Não é por nada que o autor franco-argelino vincula estreitamente a noção de logocentrismo a de fonocentrismo: “proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido” (Ibid., p.14).

É importante refletir sobre as possibilidades abertas pela desconstrução derridiana em seu impacto no papel da escrita na linguagem. Entretanto é também

⁸² Derrida, [1967]2004, p.8.

⁸³ O termo *gramatologia* foi cunhado pela primeira vez no estudo de Ignace J Gelb em 1952.

⁸⁴ Derrida faz referências à “escritura hieroglífica,” tão adequada, segundo ele, à “cultura espiritual chinesa,” numa análise que nos remete à visão de Fenollosa.

fundamental pensar se este novo papel ainda não é uma tentativa de “remendo” de um sistema de representação falido ou se, pelo contrário, é este sistema de representação que queremos resgatar. Ao tomar partido de uma visão radical pragmática, o jogo livre de significantes em Derrida pode ser tomado ainda como um jogo *controlado* de significantes, ainda lastreado pelo protocolos de interpretação. Talvez seja possível pensar na linguagem liberta mesmo da presença desta trama de significantes proposta por Derrida. Sob este ponto de vista, a retórica da escassez, embora implique na dissociação do paradigma representacionista, em seu discurso delimitador e marcador de fronteiras, parece não atingir a extensão plena do reconhecimento da linguagem como pura práxis e forma de vida.⁸⁵

A historiografia da escrita poderá ajudar a nos apontar seja para uma radicalização (ainda maior) da visão derridiana, ou nos trazer na direção do que chamei de “visão foneticista da escrita,” que de certa forma apoia também uma visão instrumentalista da escrita. Ou será que seria possível compatibilizar a noção de que a foneticidade está presente em todos os sistemas de escrita ao mesmo tempo em que se considere a linguagem como forma de vida? Seriam duas visões que poderão conviver pacificamente entre si? Quando lemos a maneira como Derrida equaciona fonocentrismo com logocentrismo e a admiração de Fenollosa pela escrita pictográfica, será que não há possibilidade de convívio pacífico? A escrita chinesa situa-se no centro desta grande polêmica.

1.3.4.

Escrita como Sistema Semiológico Independente: *R. Harris*

Roy Harris, professor da Universidade de Oxford e eminente linguista, propôs uma forma bastante inovadora de se pensar a linguagem e as línguas. Seu trabalho é bastante extenso e complexo e suas ideias principais serão apenas introduzidas aqui, com o objetivo de mostrar a forma como para aquele estudioso

⁸⁵ “E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida.” (Wittgenstein, [1952]2009, §19)

da linguagem a escrita assume um papel protagonista. O autor introduz seu pensamento sobre o assunto no livro *The Origin of Writing* de 1986, desenvolvido em *Signs of Writing* de 1995 até *Rethinking Writing* de 2001, que foi usado como principal base para esta seção.

Na linha de Sylvain Aurox e David Olson, Harris entende que a escrita é crucial para compreendermos a cognição humana e para a reflexão sobre a língua de um povo. Neste sentido, estaria errado pensá-la como um simples substituto ou representante da fala, ou seja, apenas “servindo para tornar os sons ‘visíveis’” (Harris, 2001, p.xii). Uma sociedade somente iria atingir a “plena alfabetização” (*full literacy*) quando fosse aquela em que

a escrita não mais seria considerada como uma “invenção rentável para manter a memória dos tempos passados e a união da humanidade,” mas como um modo particular de operação da mente humana e a chave para um novo conceito de linguagem.⁸⁶

Tal estágio, segundo o autor, ainda não teria sido atingido pelas nossas sociedades contemporâneas.

O argumento de Harris envolve uma crítica profunda e minuciosa da revolução semiológica encabeçada por Saussure para explicar a linguagem. A reformulação do autor inglês implica numa nova forma de pensar não somente a escrita, mas também toda a ciência da linguagem. É o que Roy Harris irá batizar de *Linguística Integracional*, da qual nos concentraremos aqui nos aspectos em que ela envolver a escrita.

É quase um lugar-comum dizer que a introdução da escrita revolucionou a forma de pensar das sociedades e daqueles povos que passaram a adotá-la. A escrita “envolve a criação de um status social para seus iniciados e a aceitação de uma escala de valores (...) e isso em geral requereu, entre outras coisas, uma revisão das ideias sobre a linguagem” (Harris, 2001, p.6). Alguns pensadores, como W.J. Ong, Eric Havelock e Marshall McLuhan,⁸⁷ equacionaram escrita com civilização e levaram seus potenciais às últimas consequências, vendo a escrita não como “simples” tecnologia, mas como algo muito mais poderoso: “a escrita, pensou-se, ‘reestrutura a consciência.’ A reivindicação é que quando o *homo scribens* eventualmente sucedeu o *homo loquens* um novo tipo de mentalidade

⁸⁶ Harris, 2001, prefácio, xi.

⁸⁷ Citados em Harris, 2001, p.235.

apareceu pela primeira vez na história da raça humana” (Harris, 2001, p.13). Embora Harris reconheça os grandes méritos desta nova aceitação do papel cognitivo da escrita,⁸⁸ o que o autor introduz de novidade é sua proposta do que acredita ser a única maneira de se pensar consistentemente estas potencialidades, quando, por exemplo, afirma: “a argumentação que motivou este livro [*Rethinking Writing*] é que a única base sólida para esta avaliação depende do desenvolvimento de uma [nova] semiologia da escrita objetiva e independente” (Harris, 2001, p.14). Seu objetivo é quebrar com a tradição que avalia a escrita em sua capacidade e precisão de transcrever a fala, daí portanto sua qualificação como um sistema semiológico independente.

Mesmo inconscientemente temos muita dificuldade em separar a escrita da fala. Somos frequentemente pegos perdidos em confusões sinestésicas, como quando ao respondemos para alguém que nos indaga sobre como articular oralmente certa palavra, dizemos: “ela se pronuncia como se escreve.”⁸⁹ Ou seja, nossa linguagem parece que não está preparada para lidar de uma forma clara e inequívoca com a separação entre fala e escrita, ou de que forma poderia a escrita “representar” a fala, e mesmo, usando os termos trazidos por Aristóteles, de que forma os signos escritos poderiam *simbolizar* os sons da fala.

Devido às restrições de espaço neste trabalho, não caberia explorar a extensa discussão que Harris faz sobre a representação simbólica em Aristóteles e depois em Saussure. Podemos nos ater à sua análise da visão saussuriana da escrita como ponto de partida para suas propostas.

Saussure propõe a Linguística como um ramo da Semiologia, o estudo dos signos, a ciência que eles mesmo revolucionou. Para o linguista suíço “a linguagem sempre esteve lá” (Harris, 2001, p.43) e portanto não é questão de se perguntar sobre a criação dos signos, mas sim sobre a importância do seu estudo sincrônico.

Para Saussure a semiologia não é uma ciência dos signos *in abstracto*. Ela não propõe uma filosofia geral dos signos nem uma lógica de suas relações mas (...) um estudo dos seus modos de existência na sociedade. Ela exclui, em outras palavras, signos *que não têm significado público reconhecido*.⁹⁰

⁸⁸ Harris ainda não considera válida a hipótese de que a escrita “re-estrutura” a cognição e o pensamento. Veja-se Harris, 2001, p.228-237.

⁸⁹ Exemplo de Harris, 2001, p.20.

⁹⁰ Harris, 2001, p.45.

A *langue* para Saussure tem sabidamente um cunho social, voltada à comunicação ou à capacidade expressiva. Por serem arbitrados no âmago da vida social, “os significados não pertencem aos falantes: eles pertencem à língua” (Harris, 2001, p.47). Mais ainda, é um sistema que funciona com base nas relações e diferenças entre os signos linguísticos. Os mesmos paralelos se encontram no sistema de signos da *escrita*: 1) signos (grafemas e suas pronúncias) arbitrários socialmente definidos; 2) valores dos grafemas definidos por diferença e negatividade e obtidos dentro de um sistema fixo com número determinado de grafemas (a inserção ou exclusão de um grafema afeta o sistema como um todo) e 3) tipologia e aspecto físico da escrita são ambos irrelevantes.⁹¹ Harris vai partir deste ponto para repensar a natureza dos sistemas de escrita.

A leitura de Harris sobre o sistema de escrita em Saussure por si só já aponta importantes questionamentos levantados no estruturalismo sobre uma alternativa não representacionista da escrita. Mas o autor inglês avalia como insuficiente a análise semiológica de Saussure sobre a relação no signo escrito. O signo escrito (*grafema*) é uma abstração teórica (Harris usa o exemplo de Saussure para a letra “t”): corresponde a várias possíveis pronúncias e o sinal gráfico pode ser escrito de inúmeras formas (variações tipológicas, de caligrafia, etc.). Como na prática identificamos qual sinal gráfico corresponde a qual significante abstrato? Saussure, interpreta Harris, quer mostrar que o valor do significante não é dado pela intenção do escritor ou pela semelhança dos seus alógrafos⁹² durante sua escrita, “mas pelo fato – negativo – que em cada caso a forma (dos ‘t’s) é distinta de uma de um ‘l’, um ‘d’, etc.” (Harris, 2001, p.59). Porém num sistema semiológico saussuriano, isso implica a codeterminação *simultânea* de significante e significado (grafemas e sua expressão sonora).⁹³ Para Harris é difícil entretanto aceitar esta premissa e ao mesmo tempo não se sentir compelido a comparar as formas alográficas de um “t,” neste exemplo, com uma

⁹¹ Adaptado de Harris, 2001, p.49 e 57.

⁹² O termo “alógrafo” tem várias acepções. No caso deste trabalho, refere-se exclusivamente às diferentes formas gráficas de um *mesmo* grafema. Em contraste, a variação da forma dos grafemas na escrita árabe de acordo com sua posição em uma palavra também dá origem a grupos de alógrafos, porém de uma maneira sistemática e não como está sendo tratado aqui, onde as diferenciações são mais uma questão de estilo e tipografia de escrita.

⁹³ Neste ponto acredito que caiba uma observação importante. Quando Harris está se referindo neste estudo sobre Saussure a um “sistema de escrita” ele sem dúvida está restringindo-se a escritas cenêmicas, ou seja, semanticamente “vazias”. Daí o pareamento significante/significado que se reflete, para Saussure, como grafema/expressão sonora.

lista finita *anteriormente existente* de letras (um repertório de grafemas), entre as quais o próprio “t,” ou seja, ser obrigado a considerar um “t” prototípico, usado como base para o julgamento de suas formas alográficas.⁹⁴

Identificar as variantes com base nas suas ligações comuns com um repertório finito de sons básicos (os *fonemas*), seria também errado, pois implicaria em dar um valor *positivo* para os grafemas (os alógrafos de “t” seriam assim identificados por possuírem uma pronúncia igual, equivalente a algum fonema /t/ abstrato). E como lidar com o fato de que apesar das variações gráficas serem aceitas em diferentes línguas (no caso do exemplo com “t”, escritas alfabéticas), a ligação entre o grafema “t” e seu correspondente fonema varia de língua para língua? Mais ainda, já que cada língua tem um inventário diferenciado de grafemas, cada sistema deve se definir de forma também diferente, e apesar disso, as formas alográficas do “t” valem para todas estas línguas que utilizam o grafema. Harris ainda levanta o questionamento sobre como considerar algumas formas específicas para os grafemas – como maiúsculas (vs. minúsculas), itálicos, negrito, etc. – todas referidas com o mesmo nome (“t”, no exemplo, para t, para T, para **t** ou para *t*), e sobre as quais todavia se podem conceber diferentes funções semiológicas. Na análise do autor,

Ao insistir que a escrita seja um sistema separado semiologicamente daquele da fala e que, ao mesmo tempo, os sinais escritos sejam meramente metassinais (*metasigns*) para significar os sinais da fala, ele [Saussure] cria um dilema para si mesmo.⁹⁵

Roy Harris então desenvolve sua *Semiologia Integracional*, na qual os signos não são propriedade de alguma sociedade que os tenha criado, mas sim formados através daquela que é essencialmente uma habilidade caracteristicamente humana, dentro de uma atividade humana e necessariamente ligados um determinado contexto. O mesmo vale para o signo escrito e para a relação dos dois sistemas semióticos, a fala e a escrita.

⁹⁴ Coulmas também discute brevemente a relação da *notação* (veja-se a seguir) e da *escrita* (embora ele não use esses termos) chegando a seguinte conclusão (no exemplo da letra “c”): “Não há um ‘c’ prototípico (...) Na verdade, o que o alfabeto faz é combinar dois grupos mal definidos [de grafemas e sons] de forma a que tenhamos a impressão de definitude e exatidão” (Coulmas, 2003, p.204).

⁹⁵ Harris, 2001, p.63.

Harris utiliza o exemplo da redução da vogal não tônica em inglês e dos sons virtualmente indistinguíveis entre “postman” e seu plural “postmen.”⁹⁶ Obviamente não faz sentido falar em duas gramáticas distintas (uma para a fala e outra para a escrita), mas da maneira como fala e escrita são usados em *contextos integracionais* diferentes. Ao ditar a forma singular, o falante pode optar por “artificialmente” enfatizar o vogal variante, e deste jeito estará modificando a forma oral para satisfazer uma necessidade comunicativa derivada da escrita. A escrita estaria “desambiguando” a fala neste aspecto, o que reverte radicalmente a tradicional primazia desta sobre aquela.⁹⁷ Enfim, escrita e fala são “formas integradas de comunicação, e não apenas paralelas, mas formas separadas de comunicação que simplesmente se apresentam disponíveis” (Harris, 2001, p.75), formas estas que interagem de uma maneira que Harris chama de simbiótica: “não apenas a maneira como as palavras são pronunciadas afetaria o jeito como são escritas, mas também a maneira como elas são escritas acaba afetando o modo como são pronunciadas” (Harris, 2001, p.77). A interação ocorre sempre contextualizada, dentro das situações comunicacionais, não pode ser pensada, diz Harris, como uma ordem dada e fixada por convenção social. Não haveria assim nada de “eterno” ou “duradouro” na escrita, este erro seria devido à confusão entre o que é o documento físico (escrito) e o que é são os signos escritos.

A partir do momento em que a escrita é vista como um sistema semiológico distinto da fala e composto por signos escritos, torna-se necessária a “distinção entre uma notação (*notation*) e uma escrita (*script*)” (Harris, 2001, p.91). A *notação* é o repertório de grafemas, que só adquirem algum valor como signos escritos dentro dos textos de um *sistema de escrita*. Harris usa o exemplo simples dos grafemas “c”, “h”, “a”, “i” e “r”. Mesmo apresentados juntos e grafados como “chair,” eles, enquanto puramente elementos de uma notação, não têm qualquer valor. Já dentro do sistema da escrita inglesa tomam a acepção de “cadeira,” ao passo que no sistema da escrita francesa, a acepção é de “carne.” Este é o nível mais básico da escrita que faltaria na análise de Saussure. Harris usa uma

⁹⁶ Harris, 2001, p.74/75. Um outro exemplo óbvio são as declinações verbais no francês, que na fala reduzem-se a um número bem menor de variações.

⁹⁷ Este controverso papel desambiguador da escrita voltará aparecer de forma protagonista nas discussões sobre a escrita chinesa mais adiante neste trabalho.

metáfora esclarecedora:⁹⁸ para o autor os grafemas (notação) são como peças de um quebra-cabeça e a escrita (*script*) é o quebra-cabeça montado. Saussure veria apenas sentido se o quebra-cabeça montado mostrasse alguma figura surgida na comunhão de suas peças, e assim deixaria de perceber o nível mais fundamental da notação. Nessa metáfora há duas estruturas semiológicas envolvidas: aquelas das peças e a do quebra-cabeça montado. Note que isso não significa separar letras de palavras. O “quebra-cabeça montado” deve ser visto como a abstração de um sistema de escrita, não como um conjunto de letras.⁹⁹

Outra forma de visualizar a diferença notação/escrita se espelha na distinção entre maiúsculas e minúsculas. Notacionalmente se trata da mesma *letra* (veja por exemplo que na referência de uma ordem alfabética falamos apenas na letra “a” por exemplo, e não nos “a” minúsculo” e “a” maiúsculo), mas dentro do sistema de escrita, as formas maiúsculas e minúsculas assumem funções e usos diferenciados. A capitalização das letras seria portanto, uma característica não da notação, mas dos sistemas de escrita (*script*) e tem diferentes interpretações segundo cada uma das escritas que a utilizar.¹⁰⁰

Que não haja relação fixa entre os grafemas e suas pronúncias aparece claramente pela própria possibilidade de se transferir letras (grafemas) de um sistema de escrita para outro. Se os grafemas não compusessem uma notação, não seria possível emprestá-los para outras escritas sem que junto se carregasse sua pronúncia.¹⁰¹ Destacando a identidade da notação, Harris aponta para a substancialidade da escrita vis-à-vis da fala. Há o que ele menciona ser como um “certo grau de organização independente” (Harris, 2001, p.98) em suas unidades, o que obviamente não ocorre na efêmera fala. Podemos historiar a notação da escrita, pensar na sua evolução social, nas similaridades e padrões que se impõem à evolução diacrônica dos grafemas, algo que não deve ser tomado como a “explicação” para o funcionamento de um sistema de escrita, mas que se

⁹⁸ Harris, 2001, p.93.

⁹⁹ Harris exemplifica mostrando um sistema semiológico em que essa distinção fica mais evidente. Na *matemática* há uma clara separação entre o que são cifras, ou algarismos, e o que é são números. Os algarismos compõem a base notacional da matemática, retendo sua identidade notacional independente do número que eles compõem.

¹⁰⁰ Veja-se por exemplo a diferença do uso das maiúsculas entre o alemão e o português.

¹⁰¹ Uma vez que eles nesse caso formariam um par “fixo” forma/som exclusivamente determinado pela relação de representação entre o sistema de escrita e a língua falada originais de onde foram tomados de empréstimo. Letra e som necessariamente teriam que se manter ligados em uma relação estável.

apresenta de forma muito mais concreta do que as abstratas evoluções diacrônicas dos padrões fonológicos. Não é a mesma coisa: “letras e algarismos são artefatos culturais. Sons não o são” (Harris, 2001, p.99). Não há, neste estado de coisas, como aceitar que as letras e a escrita sejam meros representantes da fala. E Harris procura mostrar como esta representatividade pode ser colocada em xeque usando os próprios argumentos de Saussure para o conservadorismo da escrita que “distorceria” sua relação ortográfica com a fala no exemplo da ortografia do século XIII da palavra francesa “*roi*” (“rei”) mantida inalterada desde então:

Se as letras representassem a fala, como defende Saussure (...), então a conclusão esperada seria que o que mudou ao longo dos séculos, a julgar pelo caso de *roi*, foram as regras de representação. Por outro lado se, como Saussure parece estar insistindo aqui, a ortografia moderna *não* reflete a pronúncia moderna, o que isso coloca em dúvida *prima facie* é a tese de que as letras representam sons.¹⁰²

Parece que Saussure procura justificar diacronicamente a relação sincrônica entre escrita e fala. Porém se os grafemas forem efetivamente uma entidade independente do sistema de escrita, cujo valor só adquirem inseridos em um destes sistemas, necessitam ser valorados de acordo com seu arranjo sincrônico.¹⁰³

Harris também toma de forma diferente a questão do valor linguístico (na escrita). O autor argumenta que a insistência de Saussure sobre o valor puramente diferencial das entidades do sistema é “uma das originalidades e forças do pensamento de Saussure. Mas é ao mesmo tempo o calcanhar de Aquiles da semiologia saussuriana” (Harris, 2001, p.106), porque a escrita é uma das instâncias em que o valor é baseado em algo diferente do que uma pura rede de diferenças. Em contraste Harris propõe que se considere a possibilidade de um *valor positivo* para o signo gráfico.

Dentro de um sistema notacional Harris identifica as seguintes características estruturais: 1) cada membro tem uma forma específica (e suas aloformas/alógrafos) que o diferencia dos demais; 2) há uma hierarquização de prioridades no sistema e 3) o número de membros do sistema é fixo. Tais sistemas o autor chama de *emblematic frames*. Segundo Harris eles existem em todas as

¹⁰² Harris, 2001, p.101.

¹⁰³ Mais adiante no texto (Harris, 2001, p.112) o autor utiliza o exemplo da palavra “oiseau” na ortografia francesa, mostrando séries como “oiseau”, “oisif”, “oiseaux”, “Oise”, “beau”, “eau”, “peau”, etc por um lado e “oiseau”, “oiselle”, “oiselet”, “oiseleur”, “corbeau”, “moineau”, etc. por outro para mostrar como aparecem os padrões ortográficos no francês atual que expliquem a grafia de “oiseau” com uma característica sincrônica do sistema de escrita francês.

culturas¹⁰⁴ e a notação da escrita é simplesmente um caso de *emblematic frame* (Harris, 2001, p.106-109). A hierarquização de prioridades é uma propriedade do sistema que não é auferida por diferenças. A classificação alfabética só é concebível se houver um valor hierárquico atribuído a cada membro da notação da escrita.¹⁰⁵ Há portanto uma estruturação desse sistema que não depende somente da relação das diferenças entre seus membros.

A partir do momento em que postulamos uma notação para a escrita, é inevitável perguntar se as letras,¹⁰⁶ como unidades notacionais, correspondem aos fonemas como unidades fonológicas. Harris argumenta que sim, mas também que não. O fonema é uma unidade teórica, e, “como tal, baseada nas letras. Por mais sofisticado que seja o sistema fonológico, sua segmentação básica é invariavelmente representada na transcrição através de letras alfabéticas de algum tipo” (Harris, 2001, p.118). Os fonemas não existem *a priori*, mas são sim o produto de uma análise fonológica,¹⁰⁷ já as letras são concretas, unidades gráficas visíveis, que carregam uma história e que precisam ser aprendidas. Nenhuma criança ou adulto aprende a falar estudando um inventário de fonemas. Ao contrário das letras, a própria “noção de que um mesmo fonema pode ocorrer em duas línguas diferentes é teoricamente incoerente” (Harris, 2001, p.119).

Harris critica a simplificada tipologia saussuriana na qual todos os sistemas de escrita são divididos em representações de palavras ou representações de sequências de sons. Este sistema saussuriano de oposições parece sucumbir na análise mais detalhada de uma escrita como a chinesa, onde linguistas e sinólogos reconhecem a interação de sinais gráficos abertamente pictóricos junto a outros que aludem às suas pronúncias. Em tal sistema misto, como decidir o que é um ideograma e o que não é? Escreve Harris:

O que está ameaçado aqui é toda a noção saussuriana de um sistema semiológico, isto é, um todo mantido coeso por meio de uma estrutura interna de oposições. É, em princípio, fácil ver como um signo fonético contrasta com outro (signo fonético) ou como um ideograma contrasta com outro (ideograma), mas de que forma um

¹⁰⁴ Harris dá outros exemplos de *emblematic frames*: o jogo de origem japonês faca/papel/pedra, as cartas de um baralho comum, os símbolos do calendário chinês, etc. (Harris, 2001, p.106-7).

¹⁰⁵ Tão importante é a noção de hierarquização nos sistemas de escrita, que mesmo para as escritas não alfabéticas, como é o caso da escrita chinesa, se desenvolveram critérios de hierarquização.

¹⁰⁶ Como já comentado acima, Harris faz sempre referências às “letras” ao invés do termo mais genérico “grafemas.” Sua análise basicamente se atém aos sistemas de escrita cenêmicos (veja-se discussão sobre esse termo na seção 2.2.1).

¹⁰⁷ Este assunto voltará a ser retomado no capítulo IV quando discutirmos um pouco dos discursos sobre a linguística chinesa e as possibilidades de análise fonológica na língua e escrita chinesas.

signo fonético contrasta com um ideograma *dentro do mesmo sistema* realmente não é nem um pouco evidente.¹⁰⁸

Tal sistema misto não se reduz a um caso específico como o da escrita chinesa, mas pode mesmo ser estendido a toda a escrita e já podemos observá-lo no argumento sobre a imobilidade da escrita em Saussure. Escreveu o linguista suíço que “o signo escrito tende naturalmente a se tornar um ideograma. Esta é a consequência inevitável do uso social da escrita e portanto da familiaridade com as formas escritas” (Harris, 2001, p.149). O leitor não precisa soletrar todas as palavras que lê, a leitura é quase automática, ela não “passa pela fala” ou pela dissecação fonológica. Assim todos os sistemas de escrita são inevitavelmente mistos: “a história da escrita fonética é uma luta constante entre o estabelecimento da análise ortográfica do significante vocal em um dado período e a tendência contrária na direção de uma ideografia” (Ibid., p.149).

É portanto em todas as ortografias (mistas) que encontramos maiores dificuldade em montar a oposição sonoro/ideográfico de que fala Harris. Tal oposição, para o autor, não se ofereceria uma vez que para o autor inglês o sistema de escrita não é um sistema semiológico de oposições como julgou Saussure, mas sim um sistema hierarquizado e estruturado sobre uma notação.

Olhando a argumentação que Roy Harris apresenta como um todo, observamos como o autor não se prende àquela obsessão que domina quase todos os discursos sobre a relação entre escrita e fala, nomeadamente, se a escrita pode ou não ser usada e compreendida sem que se recorra à fala. Tecnicamente, em termos desenvolvidos por William Haas e que veremos mais adiante na seção II.2, implicaria em aceitar ou não se um sistema de escrita *original* pode ser um sistema *completo* de escrita. Harris se adianta a este problema, pois para ele qualquer sistema de escrita, mesmo aquele mais abertamente fonético, não pode ser tomado com uma representação da fala. Ao comentar brevemente a posição de alguns autores (DeFrancis, Sampson, Coulmas, Cohen e Diringer) sobre o assunto, Harris pontua: “o exame mais profundo da diversidade de opiniões (...) seria supérfluo aqui, uma vez que (...) o que está faltando nesta área controversa é qualquer critério semiológico bem fundado” (Harris, 2001, p.156).

¹⁰⁸ Harris, 2001, p.143.

A independência semiológica da escrita não dependeria, em sua visão, da ortografia utilizada, mas da própria natureza da articulação da escrita enquanto um sistema. Neste aspecto seu trabalho é completamente diferente daquele apresentado pelos autores acima porque se baseia em argumentos semiológicos na análise de como se constitui um sistema de escrita.